

# 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA

---

SUBSÍDIOS PARA DISCUSSÃO





# 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA

---

SUBSÍDIOS PARA DISCUSSÃO

**ipea**

## **Governo Federal**

### **Ministério do Planejamento e Orçamento**

**Ministra** Simone Nassar Tebet

# **ipea** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### **Presidenta**

Luciana Mendes Santos Servo

#### **Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Fernando Gaiger Silveira

#### **Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**

Luseni Maria Cordeiro de Aquino

#### **Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

Cláudio Roberto Amitrano

#### **Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**

Aristides Monteiro Neto

#### **Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

Fernanda De Negri

#### **Diretor de Estudos e Políticas Sociais**

Carlos Henrique Leite Corseuil

#### **Diretor de Estudos Internacionais**

Fábio Vêras Soares

#### **Chefe de Gabinete**

Alexandre dos Santos Cunha

#### **Coordenadora-Geral de Imprensa e Comunicação Social**

Gisele Amaral

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

# 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA

---

SUBSÍDIOS PARA DISCUSSÃO

**ipea**

Rio de Janeiro, 2024

#### **EQUIPE TÉCNICA**

##### **Frederico Augusto Barbosa da Silva**

Técnico de planejamento e pesquis de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea); e doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

##### **Paula Ziviani**

Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea; é pesquisadora com doutorado em comunicação social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); mestrado em ciência da informação pela UFMG; pós-graduação *lato sensu* em gestão cultural pelo Centro Universitário UNA; e bacharelado em filosofia pela UFMG.

##### **Antônio de Pádua de Lima Brito**

Especialista em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG) na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea; é graduado em economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); mestre em sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); e doutorando em sociologia pela UnB.

#### **Como citar:**

CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA|INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **4ª Conferência Nacional de Cultura**: subsídios para discussão. Brasília, DF: Ipea, 2024. 45 p. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/RI-4CNC>.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 CULTURA EM DADOS: DIAGNÓSTICO E ENTRELINHAS DA POLÍTICA CULTURAL .....</b>	<b>7</b>
2.1 SNC.....	8
2.2 Capacidade institucional e orçamento .....	10
2.3 Financiamento das políticas culturais.....	12
2.4 Atividades culturais nos municípios .....	13
2.5 Comunicação.....	14
2.6 Espaços e equipamentos culturais .....	15
2.7 Legislação de patrimônio nos entes federados .....	18
2.8 Conselhos de patrimônio .....	20
2.9 Mercado de trabalho e informalidade.....	22
2.10 Renda e desigualdades no mercado de trabalho cultural.....	23
2.11 Mídias digitais: televisão .....	34
2.12 Acesso à internet .....	35
<b>3 OS EIXOS DA CNC E SEUS DESAFIOS .....</b>	<b>40</b>
3.1 Eixo 1 – institucionalização, marcos legais e SNC .....	40
3.2 Eixo 2 – democratização do acesso à cultura e participação social .....	41
3.3 Eixo 3 – identidade, patrimônio e memória .....	41
3.4 Eixo 4 – diversidade cultural e transversalidade de gênero, raça e acessibilidade na política cultural .....	42
3.5 Eixo 5 – economia criativa, trabalho, renda e sustentabilidade .....	43
3.6 Eixo 6 – direito às artes e linguagens digitais .....	43

## 1 INTRODUÇÃO

A trajetória histórica que delinea a estrutura institucional da cultura evidencia décadas de desenvolvimento, acúmulo e continuidade. As políticas culturais foram influenciadas pela expansão de instituições culturais autônomas, como a Biblioteca Nacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Fundação Nacional de Artes (Funarte), entre outras. O surgimento do Ministério da Cultura (MinC) em 1985 abriu possibilidades de coordenação deste conjunto de instituições envolvidas no cenário do governo federal. Além disso, a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) deu lugar à concepção dos direitos culturais e à configuração de um Estado cultural federativo.

Contudo, a política cultural sempre operou de maneira fragmentada e desarticulada entre as instituições culturais existentes. Nos anos mais recentes, em face das iniciativas de desmonte, os desafios para a implementação de um pacto federativo que integre as ações do Estado cultural aumentaram. A questão central na área cultural reside na dificuldade de se estabelecer uma política cultural nacional abrangente e integrada, bem como na continuidade durante a alternância entre os governos, que muitas vezes resulta em mudanças significativas na política cultural.

Os eixos delineados para a 4ª Conferência Nacional de Cultura (4ª CNC) englobam um conjunto de diretrizes estruturantes da política cultural em diferentes âmbitos. Para entender e abordar essas questões, recorreremos ao diagnóstico de políticas públicas. Esse processo analítico visa avaliar e descrever a situação atual de uma área específica das políticas governamentais. Abrange a coleta de dados variados, incluindo estatísticas, pesquisas, relatórios e informações qualitativas, todos relevantes para o domínio cultural. A análise permite detectar problemas, desafios e oportunidades. Da mesma maneira, possibilita avaliar as políticas existentes e sua adequação às necessidades atuais, além de identificar os diversos atores envolvidos – sejam eles do governo, da sociedade civil, empresas, comunidades ou cidadãos –, reconhecendo a complexidade de um ambiente político, bem como dimensionar os recursos e capacidades mobilizadas, incluindo suas insuficiências.

Vale ressaltar que o diagnóstico de políticas públicas é um processo contínuo. Ele não representa uma etapa única, mas faz parte de um ciclo constante de formulação, implementação, avaliação e revisão de políticas públicas. Esse processo é essencial para aprimorar o funcionamento das políticas culturais.

De maneira mais abrangente e estruturante, todos os eixos enfrentam desafios relacionados ao fortalecimento das capacidades institucionais. Em contrapartida, a análise de políticas públicas culturais no Brasil frequentemente esbarra em desafios significativos relacionados à ineficiência dos dados e indicadores disponíveis. A carência de informações mais específicas e voltadas exclusivamente para o setor compromete a capacidade dos formuladores de políticas em compreenderem o panorama cultural do país. A diversidade cultural brasileira, rica e complexa, exige uma abordagem sensível e adaptável, o que muitas vezes não é refletido nos indicadores tradicionais. Além disso, a coleta e a atualização de dados culturais enfrentam obstáculos conceituais e de definição do escopo, resultando em lacunas significativas nas informações disponíveis. Essa ineficiência limita a capacidade de avaliação e monitoramento de políticas públicas culturais, prejudicando a formulação de estratégias eficazes e adaptáveis às diversas realidades regionais e locais do Brasil. Urge, portanto, investir em sistemas de coleta de dados mais eficazes e abrangentes, que possam capturar a riqueza da expressão cultural brasileira e embasar decisões políticas mais informadas e inclusivas.

Quando examinamos a qualidade, escopo e consistência dos dados referentes aos diferentes eixos das políticas públicas culturais no Brasil, deparamo-nos com desafios substanciais. A qualidade dos dados, muitas vezes, é comprometida pela falta de padronização na coleta, resultando em informações heterogêneas e de confiabilidade variável. O escopo dos indicadores frequentemente se revela insuficiente para abranger a diversidade cultural brasileira, deixando de capturar nuances setoriais, regionais e locais. Além disso, a consistência temporal dos dados é frequentemente prejudicada por lacunas na coleta, com o passar dos anos, dificultando a análise de tendências de longo prazo.

As limitações dos dados também se manifestam na falta de indicadores qualitativos que possam traduzir a dinamicidade do setor e a vitalidade cultural do país. A complexidade e a subjetividade de muitos aspectos culturais desafiam a representação por meio de métricas quantitativas. Ademais, a descentralização das ações culturais no Brasil e as diferentes capacidades institucionais de cada ente da Federação geram variações significativas na disponibilidade e precisão dos dados.

Portanto, é crucial abordar essas limitações, investindo em sistemas de coleta mais robustos e adaptáveis, que possam incorporar a diversidade cultural brasileira. Isso permitirá uma análise mais sólida e informada das políticas públicas culturais, contribuindo para a construção de estratégias mais eficazes e inclusivas.

O momento é de reconstrução da política pública de cultura, em resposta ao contexto recente de retração, enfraquecimento e fragilidade das instituições culturais, tanto em termos orçamentários quanto de estruturas institucionais. Faz-se necessário retomar e fortalecer a capacidade política do MinC para reestabelecer instrumentos de coordenação, aprimorar políticas, promover o agenciamento de ideias e diretrizes comuns, além de instituir uma divisão clara de atribuições e responsabilidades.

A seguir, apresenta-se um breve diagnóstico com os dados que podem contribuir para a formulação de instrumentos formais de coordenação, gestão e planejamento cultural.

## **2 CULTURA EM DADOS: DIAGNÓSTICO E ENTRELINHAS DA POLÍTICA CULTURAL**

O eixo 1 – institucionalização, marcos legais e Sistema Nacional de Cultura (SNC) – ressalta a importância da institucionalidade da cultura nas políticas públicas brasileiras, evidenciando os desafios enfrentados pelo setor cultural, como a falta de continuidade na implementação de políticas, programas e ações e na existência de lacunas no processo de produção de legislação com força vinculante. Esse pilar destaca a necessidade de reavaliação, com ênfase na participação social e na atuação da sociedade civil como protagonista na defesa dos direitos culturais. Propõe, ainda, a discussão a respeito da institucionalização das políticas culturais como meio para efetivar esses direitos, abordando a relevância do aprimoramento do SNC e do debate sobre financiamento público para fortalecer as políticas culturais no país.

A transferência da implementação das políticas públicas para os níveis estadual, distrital e municipal tem se tornado uma tendência significativa desde a promulgação da CF/1988. Entretanto, essa descentralização não ocorre sem enfrentar desafios orçamentários, questões de escala e deficiências na capacitação e na estrutura operacional e institucional, especialmente nos municípios de menor porte. A determinação de prioridades pelos governos estaduais e municipais em relação ao foco da intervenção pública no domínio cultural enfrenta dificuldades

decorrentes da fragilidade das instituições governamentais e da ausência de consistência e de continuidade nas políticas propostas. Os dados provenientes da pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros – Munic Cultural 2021, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentados na tabela 1, fornecem revelações significativas nesse contexto.

## 2.1 SNC

O SNC representa uma abordagem abrangente para promover e fortalecer o setor cultural em nível nacional. Seu funcionamento envolve uma estrutura organizacional básica que engloba conselhos, planos, fundos e órgãos de administração, cada um desempenhando um papel crucial na implementação e na gestão das políticas culturais.

Os conselhos de cultura são órgãos colegiados compostos por representantes do governo e da sociedade civil, incluindo artistas, produtores culturais e pesquisadores. Esses conselhos desempenham um papel consultivo, contribuindo para a formulação e implementação de políticas culturais. Sua diversidade de vozes e perspectivas reflete a abordagem participativa do SNC. Já os planos de cultura são instrumentos estratégicos que delineiam as diretrizes e metas a serem alcançadas no âmbito cultural. São elaborados em processos democráticos, muitas vezes em conferências nacionais de cultura, e orientam as ações a serem tomadas para promover o desenvolvimento cultural sustentável. O Fundo Nacional de Cultura (FNC), por sua vez, representa um mecanismo financeiro fundamental para sustentar as atividades culturais. Esse fundo pode ser composto por recursos públicos, doações, incentivos fiscais e outras fontes. Ele é essencial para viabilizar projetos culturais, apoiar artistas e garantir a continuidade das iniciativas no âmbito cultural. Os órgãos de administração são responsáveis por gerir e coordenar as ações do SNC. Eles podem ser criados especificamente para a cultura ou integrados a estruturas já existentes. Tais órgãos têm a função de implementar as políticas culturais, coordenar as ações dos conselhos e garantir a efetiva execução dos planos, além de administrar o FNC.

Em conjunto, esses elementos formam uma estrutura coesa que visa fortalecer a cultura em todas as suas dimensões, garantindo a participação da sociedade nas tomadas de decisão, estabelecendo metas claras, proporcionando recursos financeiros e assegurando uma gestão eficaz para promover o desenvolvimento cultural sustentável no âmbito nacional. Os componentes da estrutura do SNC são: i) órgãos gestores da cultura; ii) conselhos de política cultural; iii) conferências de cultura; iv) comissões intergestores; v) planos de cultura; vi) sistemas de financiamento à cultura; vii) sistemas de informações e indicadores culturais; viii) programas de formação na área da cultura; e ix) sistemas setoriais de cultura. Destaque-se o que se pode denominar núcleo operacional básico do sistema – composto por conselho, plano e fundo (CPF), o que se chama correntemente de *CPF do sistema* –, cuja constituição foi objeto de priorização como tripé mínimo na campanha de descentralização. A tabela 1 apresenta uma lacuna significativa, especialmente no que diz respeito ao plano, evidenciando a necessidade de ações específicas para mitigar essa deficiência em diversos municípios. Para melhorar o cenário, é crucial implementar iniciativas que promovam a criação e a atualização dos planos de cultura nos municípios, visto que eles desempenham um papel fundamental na orientação e organização das políticas culturais locais. Estratégias como capacitação dos gestores municipais, incentivo à participação da sociedade civil na elaboração dos planos e campanhas de conscientização podem contribuir para preencher essa lacuna.

Além disso, é essencial fortalecer os conselhos e fundos de cultura, promovendo a articulação entre esses elementos do *CPF da cultura*. O estímulo à participação ativa da comunidade, a divulgação dos benefícios e a simplificação dos processos para a criação de conselhos e fundos são medidas que podem impulsionar a adesão e a efetividade desses componentes.

Dessa forma, ao concentrar esforços na melhoria do conselho, plano e fundo, será possível estabelecer uma base mais sólida para o desenvolvimento cultural nos municípios, garantindo a eficácia do sistema *CPF da cultura* em todo o país.

A pesquisa Munic permite destacar ainda uma queda no percentual de secretarias municipais exclusivas para cultura, passando de 20,4% para 13,2% entre 2014 e 2021. Na tabela 1, a penúltima coluna (“Órgão subordinado”) evidencia que a maioria das secretarias atua em conjunto com outras políticas, isto é, o órgão responsável pela política de cultura do município está subordinado a um outro, o que dificulta a gestão, a administração e a alocação de recursos.

A presença de um órgão específico para a gestão cultural, seja no formato de secretaria ou fundação (administração indireta), é um importante fator na qualificação da política cultural. Municípios que adotam esses órgãos tendem a possuir mais instrumentos de planejamento, financiamento, consulta e participação social. Além disso, a existência de tais instrumentos influencia positivamente a previsão e a execução do orçamento cultural. Notavelmente, os municípios com plano e fundo municipal de cultura são os que apresentam maiores percentuais de execução do orçamento previsto para a cultura em 2020.

A tabela 1 reúne os dados sobre a ausência de instrumentos de gestão por estado. A menção das lacunas nos estados refere-se à imagem de suas conexões e dependências com o SNC, destacando a necessidade de assegurar recursos para o desenvolvimento de capacidades institucionais.

TABELA 1  
Municípios que possuem ou não instrumentos de gestão da cultura, por estado (2021)

Estado	Não têm conselho (%)	Não têm plano em implementação ou é fragilmente institucionalizado (%)	Não têm fundo (%)	Fundo Unifica fonte (%)	Órgão da administração indireta + secretaria exclusiva (%)	Órgão subordinado (%)	Total de municípios (nº)
Acre	40,9	72,7	68,2	27,3	13,6	86,4	22
Alagoas	76,5	94,1	81,4	6,9	34,3	63,7	102
Amazonas	75,8	96,8	87,1	3,2	29,0	69,4	62
Amapá	56,3	56,3	68,8	31,3	31,3	68,8	16
Bahia	45,8	88,5	66,7	18,7	7,7	91,4	417
Ceará	26,1	80,4	46,2	33,7	22,3	77,7	184
Distrito Federal	-	-	-	100,0	100,0	-	1
Espírito Santo	25,6	83,3	47,4	30,8	15,4	83,3	78
Goiás	66,3	94,7	85,0	8,5	13,0	82,1	246
Maranhão	60,8	88,9	75,1	12,0	42,9	54,8	217
Minas Gerais	41,0	93,4	36,5	42,0	13,7	85,6	853
Mato Grosso do Sul	20,3	86,1	48,1	35,4	17,7	81,0	79
Mato Grosso	19,9	73,0	55,3	24,1	14,2	85,1	141
Pará	73,6	93,1	81,9	8,3	16,7	82,6	144

(Continua)

(Continuação)

Estado	Não têm conselho (%)	Não têm plano em implementação ou é fragilmente institucionalizado (%)	Não têm fundo (%)	Fundo Unifica fonte (%)	Órgão da administração indireta + secretaria exclusiva (%)	Órgão subordinado (%)	Total de municípios (nº)
Paraíba	56,5	93,3	80,7	9,9	25,1	70,9	<b>223</b>
Pernambuco	61,1	90,3	83,2	6,5	9,2	90,3	<b>185</b>
Piauí	79,5	90,6	83,5	8,9	34,4	60,3	<b>224</b>
Paraná	68,2	89,2	81,0	9,3	17,8	80,7	<b>399</b>
Rio de Janeiro	14,1	58,7	48,9	23,9	45,7	54,3	<b>92</b>
Rio Grande do Norte	53,9	87,4	70,1	15,0	21,6	78,4	<b>167</b>
Rondônia	84,6	98,1	86,5	7,7	17,3	80,8	<b>52</b>
Roraima	86,7	100,0	93,3	-	20,0	80,0	<b>15</b>
Rio Grande do Sul	35,4	82,7	62,6	21,7	4,8	94,8	<b>497</b>
Santa Catarina	29,8	65,4	70,5	15,6	15,6	84,1	<b>295</b>
Sergipe	57,3	96,0	77,3	8,0	18,7	80,0	<b>75</b>
São Paulo	45,4	87,1	66,2	15,3	38,8	55,7	<b>645</b>
Tocantins	82,0	97,1	89,9	5,0	10,8	82,0	<b>139</b>

Fonte: IBGE (2022).  
Elaboração dos autores.

## 2.2 Capacidade institucional e orçamento

A tabela 2 apresenta os dados sobre a execução orçamentária municipal de cultura organizada por estado no Brasil, distribuídos em categorias de porcentagem de execução. Há uma considerável variação entre os municípios de cada estado em termos de execução orçamentária. Alguns apresentam uma execução mais efetiva, enquanto outros têm percentuais significativos de execução baixa ou mesmo ausência de orçamento para a cultura – como nos casos de Goiás (53,7%) e Tocantins (54,7%), nos quais mais da metade dos municípios não possuem orçamento cultural.

Os municípios dos estados do Amazonas e de Rondônia enfrentam desafios, com percentuais expressivos de execução zero (19,4% e 21,2%, respectivamente), indicando possíveis obstáculos na implementação de políticas culturais e utilização dos recursos disponíveis. Alguns estados indicam não terem orçamento destinado à cultura, enquanto outros não forneceram informações. Essa falta de alocação de recursos ou transparência pode impactar negativamente as iniciativas culturais. Quando somadas as colunas “Execução zero” e “Sem orçamento”, os dados mostram que grande parte dos municípios não realiza gastos no setor cultural. As regiões Sudeste e Sul, em especial os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, além de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresentam percentuais elevados de execução orçamentária, indicando um bom aproveitamento dos recursos destinados à cultura.

Os municípios dos estados que apresentam execução zero ou baixa demandam uma investigação mais aprofundada para entendimento das razões por trás desses números. Questões como prioridades políticas, gestão de recursos e engajamento da sociedade podem influenciar esses resultados. Em resumo, os dados sugerem uma diversidade significativa na execução orçamentária para a cultura entre os municípios brasileiros, destacando a importância de uma abordagem mais detalhada e adaptada às necessidades específicas de cada região. Sabe-se que o tamanho dos municípios influencia o desempenho orçamentário, ou seja, as municipalidades mais populosas tendem a apresentar os melhores resultados na execução do orçamento.

TABELA 2  
**Volume do orçamento previsto para a cultura no âmbito municipal executado em 2020**  
 (Em %)

Estado	Execução zero	De 10 a 50%	De 51 a 80%	+ de 80%	Sem orçamento	Não informou ou recusou	Total
Acre	9,1	40,9	13,6	4,5	31,8	-	100,0
Alagoas	5,9	38,2	7,8	8,8	37,3	2,0	100,0
Amazonas	19,4	19,4	8,1	17,7	35,5	-	100,0
Amapá	-	100,0	-	-	-	-	100,0
Bahia	10,8	37,9	6,0	7,4	36,7	1,2	100,0
Ceará	2,7	36,4	15,8	15,8	27,7	1,6	100,0
Distrito Federal	-	-	-	100,0	-	-	100,0
Espírito Santo	7,7	46,2	3,8	17,9	23,1	1,3	100,0
Goiás	13,0	27,6	2,8	2,8	53,7	-	100,0
Maranhão	10,6	38,7	3,7	6,9	37,3	2,8	100,0
Minas Gerais	7,3	49,1	14,9	15,1	13,2	0,4	100,0
Mato Grosso do Sul	12,7	38,0	6,3	13,9	29,1	-	100,0
Mato Grosso	6,4	37,6	12,1	17,7	25,5	0,7	100,0
Pará	9,7	29,9	4,9	13,2	41,0	1,4	100,0
Paraíba	5,4	38,1	9,0	11,2	36,3	-	100,0
Pernambuco	4,3	42,7	15,7	9,7	25,4	2,2	100,0
Piauí	7,6	44,2	7,1	5,4	33,5	2,2	100,0
Paraná	6,3	30,6	12,8	15,0	35,3	-	100,0
Rio de Janeiro	8,7	37,0	18,5	21,7	14,1	-	100,0
Rio Grande do Norte	6,6	34,1	16,2	8,4	33,5	1,2	100,0
Rondônia	21,2	25,0	5,8	9,6	38,5	-	100,0
Roraima	13,3	13,3	-	13,3	46,7	13,3	100,0
Rio Grande do Sul	5,0	41,2	11,9	22,3	19,3	0,2	100,0
Santa Catarina	7,5	38,3	18,0	22,7	13,2	0,3	100,0
Sergipe	8,0	33,3	12,0	8,0	36,0	2,7	100,0
São Paulo	4,7	33,0	16,4	27,1	18,6	0,2	100,0
Tocantins	15,8	22,3	5,8	1,4	54,7	-	100,0
<b>Total geral</b>	<b>7,6</b>	<b>37,9</b>	<b>11,5</b>	<b>14,7</b>	<b>27,5</b>	<b>0,7</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE (2022).  
 Elaboração dos autores.

Ao longo dos anos, as políticas culturais têm enfrentado desafios persistentes, sendo o subfinanciamento e a falta de priorização política os principais entraves. A busca por uma visão de política cultural fundamentada em direitos e no acesso universal a bens culturais, tanto simbólicos quanto materiais, permanece uma meta crucial. No entanto, as instituições enfrentam significativas limitações em termos de recursos e de infraestrutura administrativa, o que compromete a plena realização desses objetivos. É recomendável uma atenção direcionada à alocação adequada de verbas e ao fortalecimento da infraestrutura para promover efetivamente uma política cultural inclusiva e abrangente.

O orçamento público é um instrumento que reflete os objetivos econômicos e políticos da autoridade pública, sendo crucial para a implementação de políticas. Nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, o poder público exerce uma influência significativa sobre os mercados simbólicos e culturais, organizando ações diversas, que abrangem do financiamento à regulamentação. O Estado, embora mantenha as regras para diferentes mercados simbólicos, possui relativa independência, realizando ações orçamentárias que deixam marcas nas instituições e nas finanças públicas.

## 2.3 Financiamento das políticas culturais

Na última década, foram debatidas mudanças estruturais no financiamento das políticas culturais, com destaque para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 150/2003, que preconiza a vinculação de recursos para a preservação do patrimônio cultural brasileiro e a promoção da cultura nacional. Embora tenha passado por emendas, incluindo ajustes graduais nos valores, a essência da PEC é a alocação anual de pelo menos 2,0% da receita resultante de impostos pela União, 1,5% pelos estados e o Distrito Federal e 1,0% pelos municípios. Uma evolução dessa proposta é evidenciada na PEC nº 421/2014, que mantém a ideia de vinculação, estabelecendo percentuais mínimos de investimento em produção, difusão e preservação cultural para a União, os estados e os municípios, proporcionando um quadro estimativo com base na aplicação de 2,0% da receita líquida de impostos (RLI).

O gráfico 1 revela que as preocupações persistentes e sistêmicas em relação aos aumentos de recursos para fortalecer as áreas culturais e contribuir para a construção de um sistema federativo não se concretizaram nos últimos anos. Pelo contrário: observou-se uma queda no esforço de gastos culturais nas três esferas de governo, com ênfase notável no âmbito federal, onde as reduções foram mais significativas. O período analisado coincide com dois eventos históricos importantes: os impactos da pandemia da covid-19 no setor cultural e os governos de Michel Temer e, particularmente, de Jair Bolsonaro. Este último foi caracterizado por propostas que visavam à redução de custos e ao dismantelamento das políticas culturais, o que contribuiu para a queda no investimento nesse setor, uma tendência que teve início durante a gestão de Temer. Os dados para os anos mais recentes ainda não estão consolidados, mas já indicam a tendência de recomposição de recursos no governo federal e por meio das leis de fomento, no reforço dos recursos para estados, municípios e Distrito Federal. Embora 2022 tenha sido um ano de redução de fundos no governo federal, o ano de 2023 viu os recursos praticamente dobrarem em comparação a 2022, atingindo o montante de dois bilhões e trezentos mil, embora com reconhecida dificuldade de implementação dos recursos destinados pelas novas leis de fomento.

A organização do orçamento apresenta limitações e desafios que, conseqüentemente, impactam a qualidade do dado disponível para análise. Desse modo, não é possível precisar se os dados dos gráficos 1 e 2 contabilizam os recursos provenientes da Lei Aldir Blanc, uma vez que não se tem a informação explicitando se a fonte é de origem local ou de outros níveis de governo.

GRÁFICO 1  
Evolução do esforço de gasto cultural nas três esferas de governo (2018-2021)  
(Em R\$ bilhões)

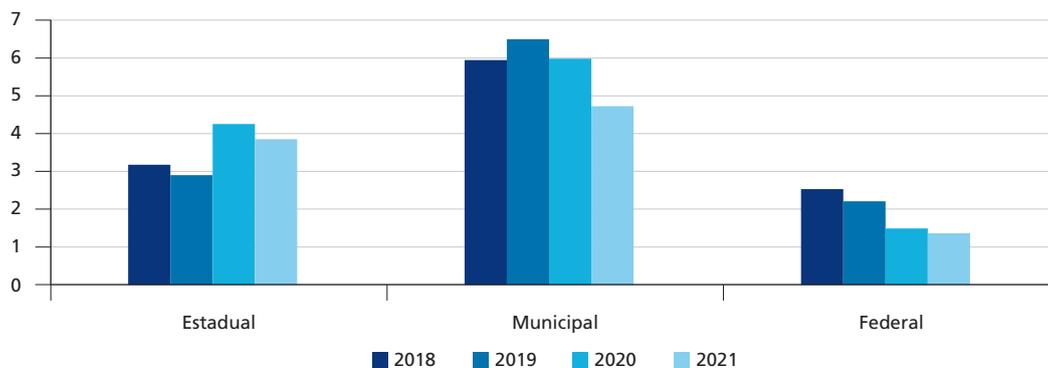
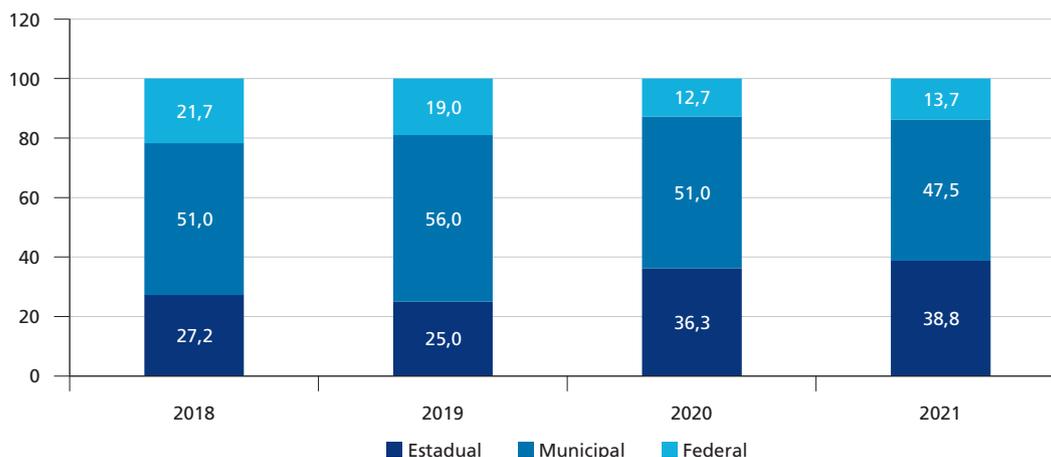


GRÁFICO 2  
Composição do esforço de gasto cultural das três esferas de governo (2018-2021)  
(Em %)



Fonte: Finbra/STN.  
Elaboração dos autores.

O eixo 2 – democratização do acesso à cultura e participação social – aborda a importância da participação e escuta social no âmbito das políticas culturais, considerando-as instrumentos fundamentais para o exercício da cidadania, acesso democrático aos bens culturais e estímulo ao desenvolvimento cultural. Esse pilar destaca a descentralização da política cultural como crucial para a construção de mecanismos de participação e controle social, com os conselhos de políticas culturais desempenhando papel essencial nesse processo; reconhece as desigualdades sociais e regionais, enfatizando a necessidade de promover acessibilidade nos espaços culturais, especialmente para pessoas com deficiência; aborda desafios persistentes, como o baixo índice de participação política e social; e destaca a importância de fortalecer canais e espaços de participação, como conferências e conselhos. O objetivo central é debater e endossar a participação social como força motriz da democracia, valorizando o protagonismo da sociedade civil na elaboração, acompanhamento e controle social das políticas públicas culturais. O texto também ressalta a necessidade de considerar novos meios de produção e consumo cultural em escala global. Além disso, destaca a importância de incorporar pautas políticas como dimensões de gênero, raça e inclusão social para a superação de desigualdades e a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## 2.4 Atividades culturais nos municípios

As tabelas 3, 4 e 5 fornecem informações abrangentes sobre as atividades culturais financiadas pelos municípios, os meios de comunicação e os equipamentos culturais presentes. Os dados revelam padrões notáveis, indicando que as atividades mais frequentemente financiadas pelos municípios incluem festas, celebrações e manifestações tradicionais e populares (45,5%), seguidas por apresentações, oficinas, festivais e *lives* musicais *online* (41,2%), apresentações musicais (38,2%) e eventos culturais diversos (38,2%). Em contrapartida, as iniciativas que recebem menos financiamento são os programas de televisão (1,7%) e os desfiles de carnaval (3,9%), conforme pode ser observado na tabela 3. Os dados confirmam a tendência da gestão pública municipal em valorizar a política de eventos e promover a cultura local, com a priorização de atividades voltadas para o cumprimento de um calendário festivo regular e o fortalecimento das tradições locais.

TABELA 3  
Municípios que financiam atividades culturais selecionadas (2021)

Atividades culturais	% de municípios
Concurso ou prêmio	28,3
Apresentação musical	38,2
Publicações culturais	22,8
Eventos	38,2
Feira de livros	7,4
Programa radiofônico	5,8
Programa de televisão	1,7
Desfile de carnaval	3,9
Montagem de peças teatrais	12,8
Seminário, simpósio, encontro, congresso ou palestra	14,4
Festas, celebrações e manifestações tradicionais e populares	45,5
Apresentações, oficinas ou festivais de teatro <i>online</i>	15,1
Apresentações, oficinas, festivais ou <i>lives</i> musicais <i>online</i>	41,2
Apresentações, oficinas, festivais de poesia ou de literatura <i>online</i>	12,4
Apresentações, oficinas ou festivais de artes <i>online</i>	19,8
Outras <i>online</i>	22,8
Nenhuma atividade	26,2

Fonte: IBGE (2022).  
Elaboração dos autores.

## 2.5 Comunicação

No cenário dos meios de comunicação nos municípios brasileiros, destaca-se a predominância do provedor de internet (59,9%) e das rádios comunitárias (54,6%), conforme indicado na tabela 4. A presença marcante dos provedores de internet não é surpreendente, dada a sua importância central na sociedade contemporânea. No entanto, seria esperado que estivessem distribuídos em um número ainda maior de municípios, considerando a abrangência e a relevância crescentes da internet em diversos aspectos da vida moderna. Essa constatação ressalta a necessidade contínua de se expandir o acesso à internet para garantir uma conectividade mais ampla e equitativa em todo o país.

As rádios comunitárias desempenham um papel crucial na democratização da cultura e da informação ao oferecerem um canal acessível e inclusivo para a expressão e o compartilhamento de ideias dentro de comunidades específicas. Estas emissoras, muitas vezes operadas por voluntários locais, consistem em uma plataforma importante de divulgação de conteúdos culturais que refletem a diversidade da comunidade. Além de promover a identidade cultural, as rádios comunitárias desempenham um papel vital na disseminação de informações locais relevantes, contribuindo para a construção de uma consciência cívica e empoderando os residentes com conhecimento. Ao facilitar a participação ativa dos cidadãos na produção e disseminação de conteúdos, as rádios comunitárias se destacam como instrumentos fundamentais na promoção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

TABELA 4  
Municípios que possuem meios de comunicação (2021)

Meios de comunicação	% de municípios
Jornal impresso local	22,9
Revista impressa local	8,2
Rádio AM local	14,1
Rádio FM local	42,6
Rádio comunitária	54,6
TV comunitária	5,1
Geradora de TV	6,5
Provedor de internet	59,9
Nenhum dos itens	15,3

Fonte: IBGE (2022).  
Elaboração dos autores.

## 2.6 Espaços e equipamentos culturais

Os equipamentos culturais desempenham um papel fundamental na promoção e preservação da diversidade cultural, desencadeando um impacto significativo no desenvolvimento social e no fortalecimento da identidade coletiva. Museus, teatros, bibliotecas e centros culturais não apenas oferecem espaços para a exposição de expressões artísticas, mas também constituem ambientes propícios para a troca de ideias, aprendizado e enriquecimento cultural. Esses locais desempenham um papel crucial na democratização do acesso à cultura, proporcionando oportunidades de participação e envolvimento com as diferentes manifestações artísticas e históricas. Além disso, os equipamentos culturais contribuem para a dinamização econômica das comunidades, atraindo visitantes, estimulando o turismo cultural e fomentando atividades econômicas locais. Investir na criação, manutenção e acesso equitativo a esses equipamentos é, portanto, essencial para o enriquecimento cultural, o fortalecimento da coesão social e o estímulo ao desenvolvimento econômico sustentável.

A tabela 5 revela que os equipamentos culturais mais comuns nos municípios brasileiros incluem estádio e/ou ginásio poliesportivo (94,5%), biblioteca pública (83,3%), clubes e associações recreativas (43,8%), centro cultural (39,8%), *lan houses* (37%), pontos de cultura (36,1%) e unidades de ensino superior (30,1%). Nota-se que as capitais e municípios mais populosos geralmente abrigam uma quantidade maior de equipamentos, embora essa distribuição não garanta acesso equitativo entre as regiões centrais e periféricas dessas localidades urbanas. No interior, a disponibilidade de espetáculos, galerias de arte, centros culturais, museus e salas de cinema é limitada. As regiões mais providas de municípios com equipamentos culturais são o Sudeste e o Sul, destacando disparidades regionais e ressaltando a necessidade de políticas que promovam uma distribuição mais equitativa de recursos culturais em todo o país.

É de conhecimento geral que a simples existência de um equipamento cultural, limitada à disponibilidade de espaço, não é adequada para atingir plenamente seus objetivos. A implementação de ações promocionais torna-se essencial para ampliar as oportunidades de acesso e estimular a participação da população nesse ambiente cultural. Além disso, a qualidade do espaço desempenha um papel crucial, abrangendo aspectos como infraestrutura, serviços, programação e acervo. A ênfase na promoção, aliada à manutenção e ao aprimoramento contínuos da infraestrutura e do conteúdo, é fundamental para garantir que o equipamento cultural

cumpra seu propósito de maneira eficaz, proporcionando uma experiência enriquecedora para a comunidade.

Dependendo da gestão e da abordagem adotada, a presença de um único equipamento cultural em um município tem o potencial de dinamizar toda a programação cultural da cidade, além de aglutinar pessoas. A eficácia desse impacto positivo reside na capacidade de gerenciamento estratégico desse equipamento, que, ao oferecer eventos, atividades e recursos culturais atrativos, pode se tornar um catalisador central para a promoção da cultura local, da participação comunitária e do fortalecimento do tecido cultural da região. Os dados mostram uma forte heterogeneidade na presença de equipamentos públicos nos municípios, refletindo desigualdades regionais, interestaduais e intermunicipais. Atualmente, discute-se a possibilidade da associação de municípios e de estabelecimentos de arranjos institucionais para explorar escalas territoriais alternativas na reorganização e potencialização da gestão de equipamentos. É possível imaginar que formas de consorciamento de municípios consigam ampliar o acesso da população aos recursos da cultura. Cada equipamento apresentado na tabela 5 demanda abordagens e estratégias políticas diferenciadas à luz de novas tecnologias, da natureza e do objetivo de cada um, especialmente no que se refere às preferências políticas e sociais de cada ente federado.

TABELA 5  
Municípios que possuem equipamentos culturais selecionados (2021)

Equipamentos culturais	% de municípios
Biblioteca pública	88,3
Banca de jornal	15,7
Arquivo público e/ou centro de documentação	23,9
Estádio e/ou ginásio poliesportivo	94,5
Cinema	9,0
Videolocadora	9,1
Shopping center	6,4
Lojas de discos, CDs, fitas e DVDs	14,6
Livrarias	15,0
Galerias de arte	5,9
Unidade de ensino superior	30,1
Clube e associação recreativa	43,8
Lan house	37,0
Circo fixo	0,9
Concha acústica	7,5
Ponto de Cultura	36,1
Museu	29,6
Biblioteca comunitária	4,9
Teatro ou sala de espetáculo	23,3
Centro cultural	39,8
Centro de artesanato	25,8
Espaço para festividades locais	18,8
Espaço para artesanato	17,5

Fonte: IBGE (2022).  
Elaboração dos autores.

Ao olharmos para os equipamentos voltados especificamente para as atividades artístico-culturais, os dados mostram que uma parcela considerável de municípios carece

de museus, teatros e salas de espetáculo, cinemas, galerias de arte, entre outros de igual relevância. A tabela 6 apresenta o percentual de municípios no Brasil com diferentes tipos de equipamentos culturais ligados às artes ao longo dos anos de 2014, 2018 e 2021. Observa-se que houve uma elevação gradual no percentual de municípios com museus, passando de 27,2% em 2014 para 29,6% em 2021, revelando um possível aumento no investimento e na importância atribuída a instituições museológicas. Quanto aos teatros e salas de espetáculo, apesar de uma leve queda entre 2014 e 2018, o percentual manteve-se relativamente estável, indicando uma presença desses espaços culturais, com 23,3% em 2021. No caso dos centros culturais – equipamento mais presente nos municípios – houve um aumento também gradual, passando de 37,0% em 2014 para 39,8% em 2021, sinalizando um possível reconhecimento da importância desses locais para a promoção da cultura. Apesar de uma queda em relação a 2018, o percentual de municípios com Pontos de Cultura permanece alto, com 36,1% em 2021, se comparado aos demais equipamentos presentes nos municípios, o que indica a relevância desse programa na promoção da cultura local.

Chama a atenção a diminuição no percentual de municípios com cinemas e com livrarias, indicando uma possível redução no acesso a salas de exibição cinematográfica e sugerindo desafios no setor livreiro. Esta diminuição observada ao longo dos anos pode ser associada a mudanças significativas nos modelos de negócio desses setores, influenciadas pela ascensão de plataformas *online* e de novas formas de consumo cultural. No caso das livrarias, a queda pode ser atribuída ao aumento da popularidade das livrarias *online* e dos *e-books*. O advento de plataformas de comércio eletrônico e a conveniência de adquirir livros digitalmente podem ter impactado negativamente as operações das livrarias físicas. Além disso, fatores econômicos e a concorrência com grandes varejistas *online* podem ter contribuído para esse declínio. Quanto aos cinemas, a diminuição pode refletir a mudança nos hábitos de consumo de entretenimento, com o advento das plataformas de *streaming*, que oferecem uma ampla variedade de conteúdo audiovisual diretamente para o público em suas casas. Em ambos os casos, é crucial considerar a influência das tendências tecnológicas e mudanças nos padrões de consumo cultural. O entendimento dessas dinâmicas é fundamental para desenvolver políticas culturais e econômicas que promovam a sustentabilidade e a diversidade cultural nos municípios – ponto que será retomado no eixo 6 – direito às artes e linguagens digitais.

Os equipamentos culturais e de arte desempenham um papel crucial na preservação e na promoção da diversidade cultural, bem como na expressão da criatividade humana. Outro aspecto relevante refere-se ao papel fundamental que esses desempenham na formação de público, na educação cultural e no estímulo do interesse às artes para o desenvolvimento do pensamento crítico, da sensibilidade estética e do senso de identidade cultural da sociedade.

Os dados sugerem mudanças ao longo do tempo na distribuição de equipamentos culturais nos municípios brasileiros, com algumas áreas experimentando crescimento enquanto outras enfrentam desafios. A ausência de equipamentos culturais e de arte em muitos municípios representa uma lacuna significativa no acesso à cultura e na promoção da expressão artística local. A análise desses números pode orientar políticas culturais e investimentos para fortalecer o acesso à cultura em todo o país, além de estratégias que visem à expansão e descentralização desses equipamentos.

TABELA 6  
**Municípios com equipamentos culturais ligados às artes (1999-2021)**  
 (Em %)

	2014	2018	2021
Museu	27,2	25,9	29,6
Teatro ou sala de espetáculo	23,4	20,6	23,3
Centro cultural <sup>1</sup>	37,0	31,2	39,8
Centro de artesanato	22,2	21,1	25,8
Cinema	10,4	10,0	9,0
Livrarias	27,4	17,7	15,0
Galerias de arte	4,7	5,3	5,9
Circo fixo	0,7	0,5	0,9
Concha acústica	6,4	6,7	7,5
Ponto de Leitura	15,1	-	-
Ponto de Memória	4,9	-	-
Ponto de Cultura	22,6	38,9	36,1

Fonte: IBGE (2022).

Nota: <sup>1</sup> Local destinado a atividades artístico-culturais e que conta com mais de dois tipos diferentes de equipamentos culturais em uso.

O eixo 3 – identidade, patrimônio e memória – aborda o patrimônio cultural brasileiro, definido pela CF/1988 como bens de natureza material e imaterial que remetem à identidade, ação e memória dos diversos grupos da sociedade. O olhar sobre o patrimônio envolve marcos, raízes e símbolos que conectam elementos fundamentais de nossa cultura, abrangendo tanto elementos tangíveis quanto intangíveis. O debate sobre identidade, patrimônio e memória compreende diferentes concepções de tempo e história, incluindo instrumentos como registro, tombamento, salvaguarda e inventário para preservação. A diversidade cultural brasileira, incluindo expressões populares, saberes e práticas, é essencial para lidar com a complexidade do país. O eixo 3 destaca a necessidade contínua de reconhecimento, proteção e valorização de práticas culturais, especialmente daqueles historicamente marginalizados, convidando a sociedade a se envolver nas decisões sobre o que e como preservar, respeitando as diferenças e reconhecendo as desigualdades sociais.

## 2.7 Legislação de patrimônio nos entes federados

A tabela 7 fornece dados sobre a legislação em diferentes regiões e portes de municípios brasileiros relacionada à preservação do patrimônio material e imaterial. A análise por região mostra que o Sudeste tem os maiores percentuais de legislação para ambas as categorias, indicando uma maior ênfase na preservação do patrimônio cultural nessa região. Em seguida, destacam-se as regiões Sul e Centro-Oeste. Norte e Nordeste geralmente apresentam percentuais mais baixos, indicando as disparidades regionais nas políticas de preservação do patrimônio.

Em todas as regiões, a legislação para o patrimônio material supera a legislação para o patrimônio imaterial. Os municípios de maior porte geralmente apresentam percentuais mais elevados de legislação para ambas as categorias, o que sugere uma possível correlação entre o tamanho do município e o desenvolvimento de instrumentos legais para a preservação do patrimônio cultural.

As análises destacam a importância de considerar as variáveis regionais e o porte do município ao desenvolver políticas de preservação do patrimônio. O entendimento desses dados pode orientar esforços para garantir uma abordagem mais equitativa e eficaz na proteção e promoção do patrimônio cultural em todo o país.

TABELA 7  
Municípios com legislação que prevê instrumentos de política patrimonial, por classe de municípios (2021)  
(Em %)

Porte do município por número de habitantes	Legislação	Legislação prevê instrumentos de política para o patrimônio material	Legislação prevê instrumentos de política para o patrimônio imaterial	Total geral
1 - Norte	16,2	14,9	11,8	100,0
1 - Até 5.000	2,6	2,6	1,3	100,0
2 - 5.001 até 10.000	7,7	6,4	5,1	100,0
3 - 10.001 até 20.000	5,9	5,0	3,0	100,0
4 - 20.001 até 50.000	12,4	11,6	6,6	100,0
5 - 50.001 até 100.000	41,9	39,5	34,9	100,0
6 - 100.001 até 500.000	80,8	73,1	65,4	100,0
7 - Mais que 500.000	100,0	100,0	100,0	100,0
2 - Nordeste	17,9	17,2	12,4	100,0
1 - Até 5.000	7,5	7,0	4,8	100,0
2 - 5.001 até 10.000	9,4	8,4	6,2	100,0
3 - 10.001 até 20.000	11,0	10,1	7,2	100,0
4 - 20.001 até 50.000	24,2	23,6	17,2	100,0
5 - 50.001 até 100.000	46,7	45,9	34,4	100,0
6 - 100.001 até 500.000	58,5	58,5	39,6	100,0
7 - Mais que 500.000	100,0	100,0	72,7	100,0
3 - Sudeste	67,3	66,4	56,0	100,0
1 - Até 5.000	62,8	62,3	53,4	100,0
2 - 5.001 até 10.000	63,6	63,0	52,5	100,0
3 - 10.001 até 20.000	65,5	64,7	56,5	100,0
4 - 20.001 até 50.000	68,4	66,7	56,7	100,0
5 - 50.001 até 100.000	75,7	74,8	55,9	100,0
6 - 100.001 até 500.000	82,6	81,8	67,4	100,0
7 - Mais que 500.000	86,4	86,4	77,3	100,0
4 - Sul	31,2	30,6	20,6	100,0
1 - Até 5.000	17,7	17,5	10,5	100,0
2 - 5.001 até 10.000	18,4	17,2	12,3	100,0
3 - 10.001 até 20.000	28,0	27,5	19,3	100,0
4 - 20.001 até 50.000	59,0	57,8	38,5	100,0
5 - 50.001 até 100.000	77,6	75,9	53,4	100,0
6 - 100.001 até 500.000	83,0	83,0	57,4	100,0
7 - Mais que 500.000	100,0	100,0	83,3	100,0
5 - Centro-Oeste	23,6	21,8	14,1	100,0
1 - Até 5.000	10,3	9,6	6,6	100,0
2 - 5.001 até 10.000	9,6	9,6	3,8	100,0
3 - 10.001 até 20.000	22,2	20,0	14,4	100,0
4 - 20.001 até 50.000	41,9	36,6	24,7	100,0
5 - 50.001 até 100.000	45,0	45,0	30,0	100,0
6 - 100.001 até 500.000	68,4	68,4	36,8	100,0
7 - Mais que 500.000	100,0	100,0	80,0	100,0
<b>Total geral</b>	<b>35,9</b>	<b>35,0</b>	<b>27,3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE (2022).  
Elaboração dos autores.

## 2.8 Conselhos de patrimônio

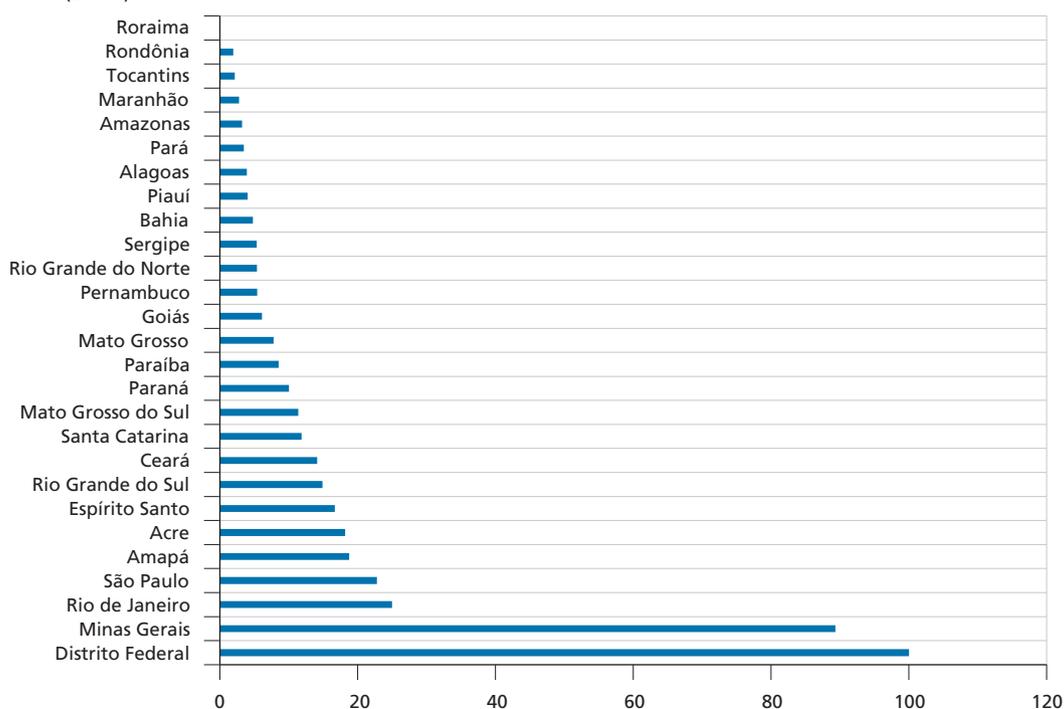
Os dados apresentam a porcentagem de municípios que possui conselho de patrimônio em cada estado brasileiro. O gráfico 3 mostra uma variação considerável entre os estados, sendo que o Distrito Federal (100,0%) e Minas Gerais (89,3%), na região Centro-Oeste e Sudeste, respectivamente, têm as maiores porcentagens de municípios com conselho de patrimônio. As regiões Norte e Nordeste apresentam uma variação mais significativa, com alguns estados mostrando porcentagens relativamente baixas. A região Sul mostra uma presença expressiva, enquanto a região Centro-Oeste apresenta uma variação mais moderada. Roraima não possui dados disponíveis na tabela.

A presença de conselhos de patrimônio nos municípios brasileiros desempenha um papel crucial na preservação e na valorização da cultura. A análise dos dados revela disparidades significativas entre as regiões do país, ressaltando a importância de compreender e abordar as necessidades específicas de cada localidade.

GRÁFICO 3

### Municípios com conselho de patrimônio (2021)

(Em %)



Fonte: IBGE (2022).  
Elaboração dos autores.

O eixo 4 – diversidade cultural e transversalidade de gênero, raça e acessibilidade na política cultural – discute a criação de mecanismos de reconhecimento e promoção da diversidade cultural e identidade dos territórios culturais no Brasil. Esse eixo salienta a importância de promover a acessibilidade cultural e combater discriminações, como racismo e LGBTQIA+fobia; reconhece avanços na área cultural, mas enfatizando a necessidade de abordagens renovadas; destaca que a acessibilidade deve ir além do simples acesso, exigindo uma consciência anticapacitista para garantir plenos direitos culturais; sob as perspectivas da interculturalidade e interseccionalidade, propõe um debate conjunto entre Estado e sociedade civil para promover cooperação e igualdade de oportunidades; enfatiza a transversalidade de gênero e raça como fundamentais na política cultural, visando garantir direitos culturais

e promover a participação de diversos grupos; e destaca a acessibilidade na política cultural como um campo em construção, buscando diretrizes para enfrentar discriminações e garantir acesso aos bens culturais. O debate deste eixo visa promover políticas culturais inclusivas e diversificadas.

A análise de indicadores e dados estatísticos relacionados à diversidade cultural e transversalidade de gênero, raça e acessibilidade na política cultural enfrenta desafios significativos. Uma das principais limitações reside na natureza frequentemente simplificada dos indicadores, que podem não capturar toda a complexidade e nuances das identidades culturais, de gênero, raça e acessibilidade. A diversidade cultural, por exemplo, vai além de categorias simplificadas, abrangendo uma ampla gama de expressões e práticas culturais que não são totalmente refletidas em números.

A coleta de dados pode ser limitada por subnotificação e sub-representação, especialmente quando se trata de grupos marginalizados. Muitas vezes, comunidades minoritárias podem não ser adequadamente representadas nos dados, levando a uma visão distorcida da verdadeira diversidade cultural e das necessidades específicas de diferentes grupos.

A produção de evidências e métricas para dimensionar e desenvolver ações no contexto das transversalidades de gênero, raça e acessibilidade também é desafiadora, pois esses aspectos muitas vezes interagem de maneira complexa e multifacetada. Dados estatísticos podem não conseguir capturar completamente a interseccionalidade das identidades e experiências.

Além disso, a falta de indicadores específicos e padronizados para medir a inclusão e a acessibilidade pode limitar a capacidade de avaliar efetivamente a eficácia das políticas culturais. A sensibilidade cultural, a representação equitativa e o acesso igualitário a oportunidades culturais muitas vezes carecem de métricas específicas.

Para superar essas limitações, é fundamental adotar abordagens qualitativas, como estudos de caso, narrativas e análises contextualizadas, para complementar dados estatísticos. Além disso, a consulta direta às comunidades afetadas e a incorporação de seus anseios no desenvolvimento e avaliação de políticas culturais são essenciais para garantir uma compreensão mais abrangente e precisa da diversidade cultural e da transversalidade de gênero, raça e acessibilidade.

O eixo 5 – economia criativa, trabalho, renda e sustentabilidade – ressalta a relevância da cultura no desenvolvimento socioeconômico do país e a contribuição da economia da cultura e das indústrias criativas para o produto interno bruto (PIB). Além dos ganhos econômicos, a consolidação da economia criativa está ligada ao fortalecimento das cadeias produtivas locais e à proteção das expressões culturais. A sustentabilidade do setor cultural requer gestão de longo prazo, investimento nas economias criativa e solidária, regulamentação de profissões, formalização do trabalho e políticas com enfoque em trabalhadores culturais. O eixo aborda a necessidade de fortalecer mecanismos de fomento à cultura, diversificando linhas de financiamento, e destaca a importância de superar desafios pós-pandemia por meio de legislações recentemente aprovadas, como a Lei Paulo Gustavo e a Política Nacional Aldir Blanc.

Os dados relativos ao mercado de trabalho na área cultural e à participação da cultura nas ocupações ressaltam a necessidade premente de desenvolver formas de benefícios e proteção social direcionadas aos trabalhadores das artes e da cultura. Isso porque o perfil

do mercado de trabalho na área cultural apresenta características distintas em comparação com outros setores de trabalho. Dois aspectos notáveis são a evolução da informalidade e a composição da formalidade.

## 2.9 Mercado de trabalho e informalidade

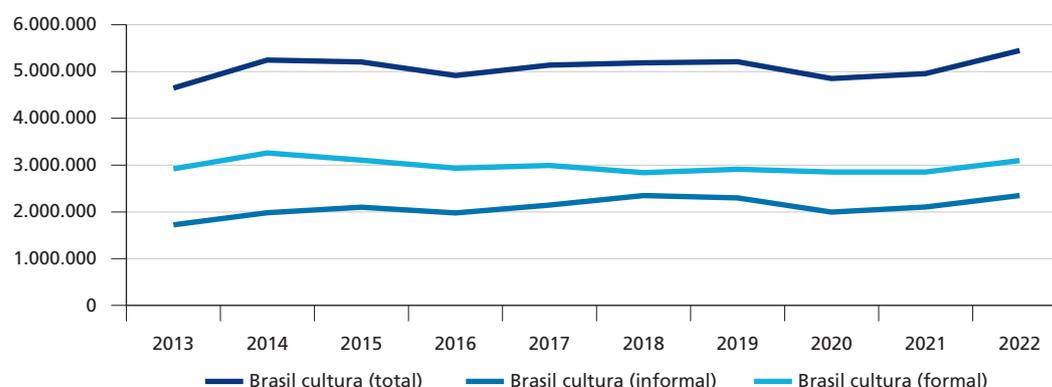
A informalidade se manifesta por meio de práticas de trabalho que não seguem estritamente as normas e regulamentações tradicionais do emprego formal, como a ausência de contratos formais, benefícios sociais e contribuições para a previdência social. A composição da formalidade no mercado de trabalho da cultura, por sua vez, refere-se à presença de empregos que seguem as práticas e regulamentações formais. Estes incluem empregos com contratos legais, acesso a benefícios sociais, contribuições para a previdência social e outras características associadas à formalidade empregatícia tradicional.

O setor cultural é composto, em sua maioria, por artistas independentes, *freelancers* e profissionais autônomos, que, na maior parte das vezes, adotam formas de trabalho mais flexíveis e projetos temporários, o que pode contribuir para a informalidade. Já a composição da formalidade no mercado cultural pode incluir empregos em organizações culturais estabelecidas, instituições governamentais, empresas de entretenimento e outras entidades que seguem as práticas tradicionais de contratação e emprego formal. Isso pode abranger desde artistas contratados em tempo integral até funcionários administrativos e técnicos que trabalham para instituições culturais.

É importante notar que a dicotomia entre formalidade e informalidade no mercado de trabalho da cultura pode não ser rígida, e muitos profissionais podem transitar entre essas categorias ao longo de suas carreiras. A compreensão dessas dinâmicas é crucial para o desenvolvimento de políticas culturais e estratégias de emprego que promovam a sustentabilidade e o bem-estar dos trabalhadores no setor cultural.

O Brasil chegou em 2022 a cinco milhões e quatrocentos e quarenta e oito mil trabalhadores nas áreas da cultura. Depois da perda de 361 mil ocupações entre 2020 e 2021 durante a pandemia, chega a 2022 com uma recuperação de 492 mil ocupações em relação a 2021, um crescimento de 10% – crescimento percentual superior ao brasileiro e menor do que a expansão da informalidade nacional (11%). Os gráficos 4 e 5 evidenciam esta dinâmica.

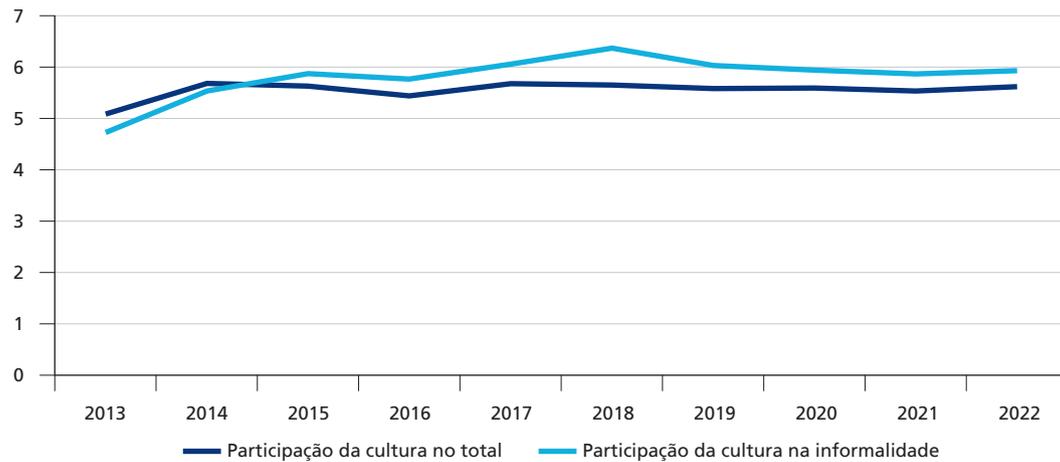
GRÁFICO 4  
Evolução no número de trabalhadores nos mercados formal e informal no âmbito cultural (2013-2022)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC/IBGE).  
Elaboração dos autores.

Portanto, a informalidade na cultura cresceu de forma mais intensa do que a informalidade em geral. A participação do mercado de trabalho cultural no total evoluiu de 5,0% para 5,6%, enquanto as ocupações informais da cultura passaram de uma participação na totalidade da informalidade de 4,7% para 5,9% entre 2013 e 2022.

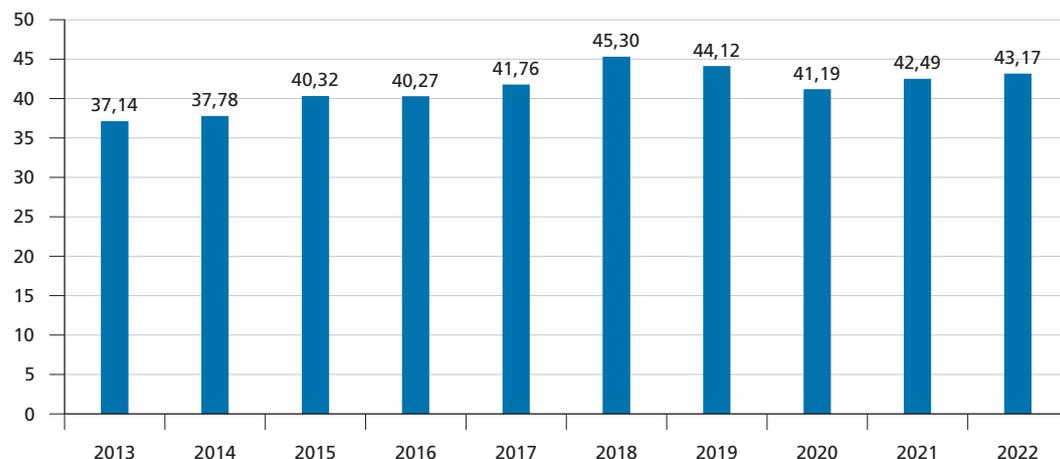
GRÁFICO 5  
Participação do mercado de trabalho cultural (2013-2022)  
(Em %)



Fonte: PNADC/IBGE.  
Elaboração dos autores.

Entretanto, no contexto do mercado de trabalho cultural, a informalidade recuou em termos de participação. A participação da informalidade na cultura atingiu seu ápice em 2018 (45,30%) e declinou para 43,17% em 2022 (gráfico 6).

GRÁFICO 6  
Informalidade na cultura (2013-2022)  
(Em %)



Fonte: PNADC/IBGE.  
Elaboração dos autores.

## 2.10 Renda e desigualdades no mercado de trabalho cultural

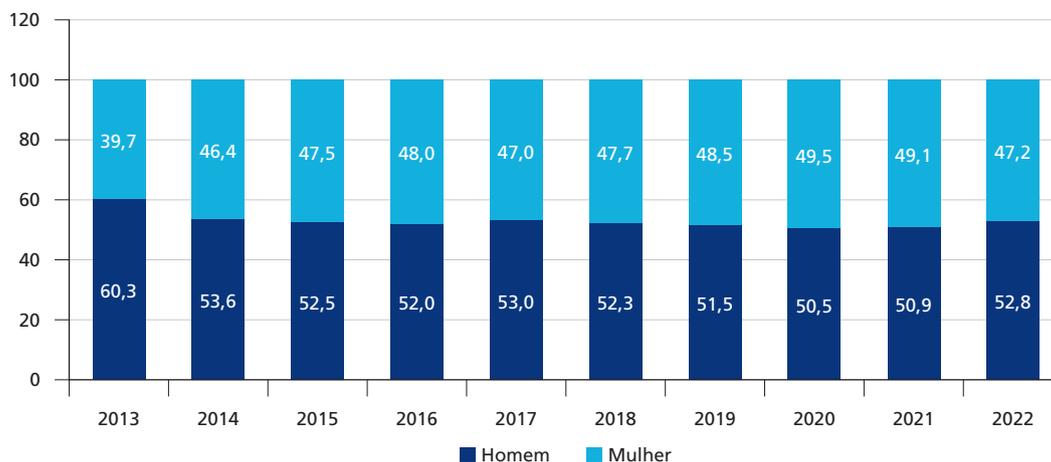
No que se refere à perspectiva de gênero em diálogo com o eixo anterior, os dados revelam que a participação das mulheres aumentou nas ocupações culturais de 39,7% para 47,2%, entre 2013 e 2022, conforme é possível verificar no gráfico 7. No entanto, apesar desse

avanço, persistem desigualdades de gênero evidenciadas pelo salário médio ainda menor para as mulheres. Em 2022, o salário médio das mulheres nessas ocupações foi de R\$ 1.713, contrastando com os R\$ 2.247 recebidos pelos homens (gráfico 8). Essa disparidade salarial destaca a necessidade contínua de abordar e superar as desigualdades de gênero no mercado de trabalho cultural. A promoção da equidade salarial e a implementação de políticas que combatam as disparidades de remuneração são passos essenciais para garantir um ambiente de trabalho mais justo e inclusivo para as mulheres nas áreas culturais.

GRÁFICO 7

**Composição do mercado de trabalho cultural por gênero (2013-2022)**

(Em %)



Fonte: PNADC/IBGE.  
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 8

**Composição de gênero e renda média do trabalho (2013-2022)**

(Em R\$)



Fonte: PNADC/IBGE.  
Elaboração dos autores.

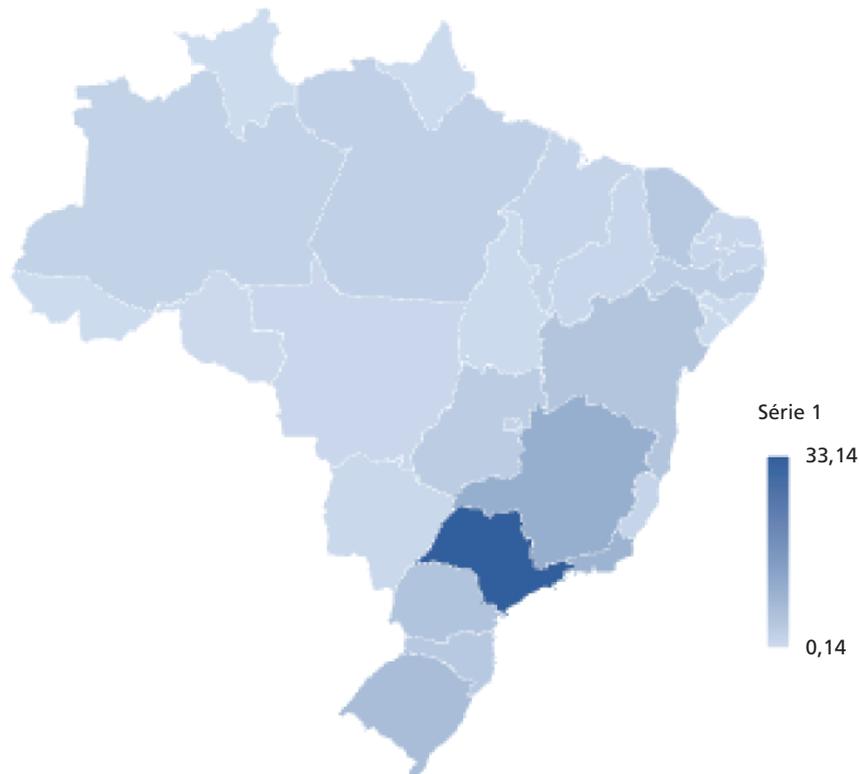
Esses dados apresentam desafios significativos. Em primeiro lugar, evidenciam a necessidade de fortalecimento de políticas que minimizem as desigualdades de gênero. Em segundo lugar, apontam para o desafio de se estabelecer regulamentações de proteção do trabalho no âmbito da cultura. A flexibilização, a multifuncionalidade e a intermitência mal escondem a forte precarização e desproteção das atividades de trabalho no setor cultural. Embora a ação e o fomento de projetos sejam centrais na lógica da ação cultural, é essencial equilibrá-la com

ações de garantia de direitos e de fortalecimento das estruturas institucionais das práticas culturais. Além disso, a abordagem das desigualdades regionais requer a implementação de ações fortes de construção de capacidades descentralizadas nas esferas federativas, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Apesar da participação de fontes dos fundos regionais de desenvolvimento no FNC, este nunca teve a capacidade de compensação estruturante necessária para equilibrar as disparidades entre as regiões com menos recursos.

A concentração de 53,7% das ocupações culturais na região Sudeste do Brasil destaca a importância econômica e cultural dessa área no cenário nacional (figura 1). Essa predominância pode ser atribuída a vários fatores, como a presença de grandes centros urbanos, instituições culturais renomadas, a oferta diversificada de eventos e a densidade populacional. A centralização das ocupações culturais na região Sudeste do Brasil está intrinsecamente relacionada às desigualdades regionais que caracterizam o país em várias áreas. Essa disparidade reflete não apenas as dinâmicas culturais, mas também as assimetrias econômicas, educacionais e de infraestrutura presentes entre as diferentes regiões brasileiras.

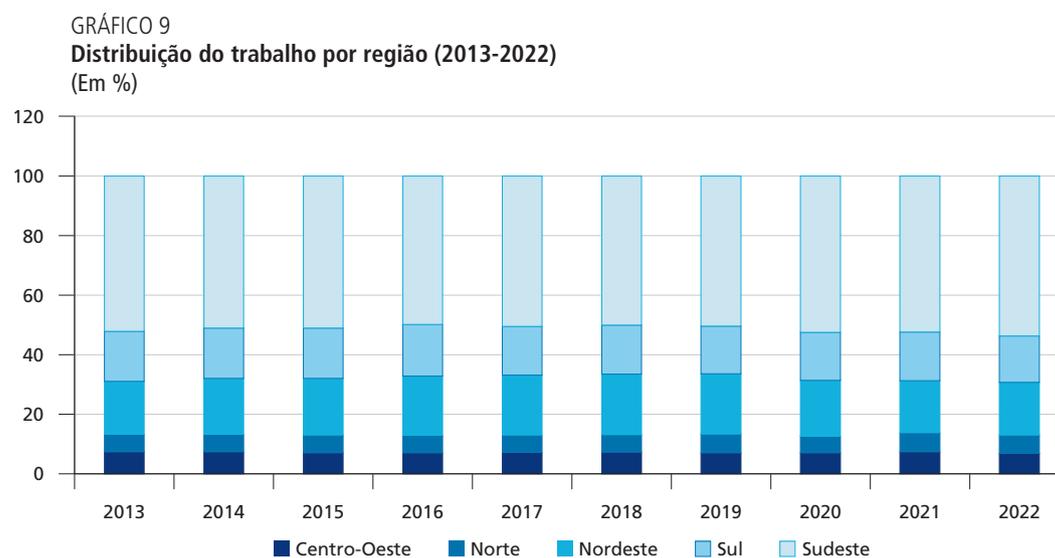
A região Sudeste – composta pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo e reconhecida por sua diversidade cultural, abrangendo manifestações tradicionais e contemporâneas – constituía, em 2022, 53,7% do mercado de trabalho cultural brasileiro. As capitais, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, destacam-se como centros culturais, concentrando 12,7%, 4,9% e 2,0% das ocupações culturais, respectivamente. Essas cidades são reconhecidas como verdadeiros polos culturais, que atraem artistas e profissionais da cultura, e promovem eventos e atividades que enriquecem a dinâmica cultural do país.

FIGURA 1  
**Distribuição regional do trabalho**  
(Em %)



No entanto, essa concentração também evidencia desafios relacionados à descentralização e distribuição equitativa de recursos e oportunidades culturais no Brasil. A necessidade de políticas culturais inclusivas e estratégias para fomentar o desenvolvimento cultural em outras regiões do país torna-se evidente para garantir uma representação mais equitativa e diversificada do cenário cultural brasileiro.

A região Sudeste, por ser uma das mais desenvolvidas economicamente, atrai diversas oportunidades profissionais, incluindo as ocupações culturais. Esse cenário reflete as disparidades históricas de investimentos e desenvolvimento entre as regiões, contribuindo para desequilíbrios socioeconômicos. Em 2022, a região Nordeste se posiciona como a segunda maior em termos de ocupações culturais, representando 17,7% do total, logo após o Sudeste. Em seguida, o Sul contribui com 15,6%, a região Centro-Oeste com 6,9%, e o Norte com 6,1%, conforme ilustrado no gráfico 9.



Fonte: PNADC/IBGE.  
Elaboração dos autores.

Essas desigualdades regionais não afetam apenas as oportunidades de emprego nas áreas culturais, mas também as condições de vida, o acesso à educação e os serviços públicos. O desafio é mitigar essas disparidades, promovendo políticas públicas que incentivem o desenvolvimento cultural e econômico em regiões menos favorecidas, buscando uma distribuição mais equitativa de oportunidades em todo o país.

Portanto, a concentração de ocupações culturais no Sudeste destaca não apenas uma realidade específica do setor cultural, mas também reflete uma parte mais ampla das desigualdades regionais no Brasil. A necessidade de ações integradas e estratégias que promovam um desenvolvimento mais equitativo em todas as regiões do país é evidente.

O eixo 6 – direito às artes e linguagens digitais – coloca a arte como uma manifestação simbólica intrinsecamente ligada ao cenário cultural, reconhecendo sua diversidade por meio de várias linguagens e diálogos. Além da valorização do fazer artístico, enfatiza a importância das políticas culturais em proporcionar ênfase ao estético e ao simbólico no direito à cultura. O foco recai nas novas demandas e dinâmicas de produção, circulação e fruição das diversas expressões artísticas, considerando as particularidades setoriais e regionais. A interseção entre arte e tecnologias digitais é abordada, ressaltando os impactos no desenvolvimento tecnológico,

na valorização do trabalhador-artista e na relação com os públicos contemporâneos. O texto destaca desafios, como a assimetria de inclusão digital e a concentração econômica resultante da entrada de novos agentes nos circuitos culturais. A discussão sobre a conexão entre arte, cultura e educação ganha destaque, com ênfase na importância do ensino formal e não formal das artes na educação básica, profissional e superior. O eixo propõe o fortalecimento do papel do Estado na construção de políticas públicas para garantir o direito às artes e às linguagens digitais, promovendo o desenvolvimento equilibrado entre produção, circulação e fruição, envolvendo artistas, grupos, coletivos artísticos, espaços culturais e públicos, com a participação ativa da sociedade.

A estreita relação entre educação e cultura se consolida a partir da crença compartilhada por ambos os setores de que cultura e educação guardam interdependências significativas. A arte, em particular, como núcleo tradicional das políticas culturais, guarda fortes potenciais críticos e políticos que deveriam ser aproveitados tanto em processos formativos estéticos quanto na formação da cidadania. Afinal, as artes abrigam conteúdos cognitivos, identitários e históricos fundamentais na estruturação das relações políticas e nas formas de sociabilidade. A arte permeia o cotidiano e estrutura a vida das cidades, além do tempo livre. Há a convicção de que aprimorar a percepção e a experiência estética dos alunos, por meio do conhecimento e aprendizado das diversas linguagens artísticas, como artes visuais, literatura, música, teatro e dança, é fundamental para uma formação cidadã ampliada. Da mesma maneira, o setor cultural abraça um argumento semelhante, reconhecendo que o processo de escolarização contribui significativamente para a formação de um público atento e apreciador da cultura. Essa relação é intrinsecamente transversal, manifestando-se de maneira indireta, impulsionada pela convicção de que um maior capital escolar está diretamente ligado à frequência nas artes, ao consumo cultural e ao acúmulo de capital cultural, conforme destacado por Bourdieu (2007). Essa sinergia entre educação e cultura não apenas fortalece a formação integral dos indivíduos, mas reforça a importância da colaboração entre os dois setores para o enriquecimento da sociedade como um todo.

O ensino de arte e de literatura contém mais camadas do que apenas a da decisão de ensiná-las ou não. O ensino dessas disciplinas na educação básica enfrenta desafios, incluindo a percepção sobre a sua importância, a falta de formação específica e continuada para professores, restrições financeiras que limitam o acesso a materiais adequados, dificuldades na avaliação do aprendizado artístico e a necessidade de integrar efetivamente a tecnologia. Para superar esses obstáculos, é crucial reconhecer a relevância da arte na formação integral dos alunos, investir em formação docente, garantir recursos suficientes, repensar métodos de avaliação e incorporar inovações tecnológicas de maneira criativa. Essas medidas têm o objetivo de criar um ambiente educacional mais enriquecedor e inclusivo, onde a arte desempenhe um papel essencial no desenvolvimento humano.

A consolidação institucional do ensino de artes não depende apenas da sua inclusão na legislação, mas, também, de uma maior compreensão do seu potencial formativo. Ela está sujeita a recursos humanos, financeiros, institucionais e administrativos. A carência de recursos compromete as estratégias de articulação entre políticas educacionais e culturais e minimiza o potencial de ambos os setores, tanto nos processos formativos da educação geral quanto na formação técnica, bem como no potencial de geração de postos de trabalho.

A tabela 8 fornece dados relevantes sobre a distribuição de professores, escolas e alunos no Brasil, especificamente nas áreas de artes, evidenciando disparidades regionais e locais. Em 2020, o país tinha um total de 2.235.935 professores de artes, abrangendo 181.279 escolas e

47.148.982 alunos. Esses números ilustram a magnitude do impacto do ensino das artes na educação nacional. A região Sudeste tem o maior número de professores de artes (898.500), escolas (60.822) e alunos (18.652.311), destacando sua significativa presença no cenário educacional e cultural. O Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste também apresentam números expressivos, porém, proporcionalmente, há diferenças notáveis nas distribuições.

São Paulo se destaca como o estado com o maior número de professores (471.225), escolas (30.263) e alunos (9.917.271) em artes. Outros estados importantes incluem Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, que também contribuem significativamente para o cenário educacional em artes no país.

As regiões metropolitanas (RMs), incluindo Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, mostram concentrações notáveis de professores, escolas e alunos em artes. Isso reflete a importância dessas áreas urbanas no contexto cultural e educacional. O mapeamento do ensino de artes em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, destaca a concentração significativa de professores, escolas e alunos nessas áreas metropolitanas, indicando um ambiente propício para o desenvolvimento artístico e cultural.

Esses dados oferecem *insights* valiosos sobre a distribuição do ensino de artes no Brasil, destacando áreas de maior concentração e áreas que podem precisar de mais atenção em termos de políticas e investimentos na educação cultural.

TABELA 8  
Número de professores, escolas e alunos no Brasil, por grandes regiões, unidades da federação e RMs (2020)

2020	Professores		Escolas		Alunos	
	Total	Artes	Total	Artes	Total	Artes
Brasil	<b>2.235.935</b>	502.271	<b>181.279</b>	50.495	<b>47.148.982</b>	32.013.755
Norte	<b>197.356</b>	67.995	<b>22.221</b>	9.866	<b>4.844.842</b>	3.589.385
Nordeste	<b>627.979</b>	210.986	<b>61.849</b>	20.308	<b>13.637.902</b>	9.425.309
Sudeste	<b>898.500</b>	133.347	<b>60.822</b>	13.944	<b>18.652.311</b>	12.513.783
Sul	<b>346.651</b>	46.735	<b>25.997</b>	3.860	<b>6.391.955</b>	3.960.386
Centro-Oeste	<b>165.449</b>	43.208	<b>10.390</b>	2.517	<b>3.621.972</b>	2.524.892
Rondônia	<b>15.873</b>	5.765	<b>1.263</b>	375	<b>405.214</b>	319.009
Acre	<b>10.287</b>	4.390	<b>1.565</b>	736	<b>260.507</b>	195.728
Amazonas	<b>46.209</b>	17.022	<b>5.330</b>	3.164	<b>1.155.408</b>	853.550
Roraima	<b>8.087</b>	1.969	<b>853</b>	378	<b>168.105</b>	118.333
Pará	<b>86.067</b>	29.031	<b>10.751</b>	4.497	<b>2.250.652</b>	1.641.317
Amapá	<b>11.123</b>	3.769	<b>858</b>	296	<b>213.179</b>	177.743
Tocantins	<b>19.710</b>	6.049	<b>1.601</b>	420	<b>391.777</b>	283.705
Maranhão	<b>100.587</b>	39.211	<b>11.666</b>	5.103	<b>1.923.678</b>	1.395.569
Piauí	<b>44.644</b>	13.985	<b>4.388</b>	1.230	<b>844.210</b>	565.983
Ceará	<b>99.477</b>	29.325	<b>7.537</b>	1.328	<b>2.130.726</b>	1.231.284
Rio Grande do Norte	<b>34.424</b>	10.751	<b>3.485</b>	1.037	<b>803.553</b>	575.077
Paraíba	<b>47.584</b>	15.866	<b>4.818</b>	1.547	<b>946.980</b>	735.444
Pernambuco	<b>87.391</b>	35.864	<b>8.381</b>	2.673	<b>2.200.395</b>	1.686.184
Alagoas	<b>34.364</b>	12.311	<b>2.959</b>	847	<b>823.016</b>	638.623
Sergipe	<b>23.283</b>	8.527	<b>2.085</b>	540	<b>532.428</b>	404.033

(Continua)

(Continuação)

2020	Professores		Escolas		Alunos	
	Total	Artes	Total	Artes	Total	Artes
Bahia	<b>156.225</b>	45.146	<b>16.530</b>	6.003	<b>3.432.916</b>	2.193.112
Minas Gerais	<b>224.002</b>	52.536	<b>15.937</b>	4.630	<b>4.310.827</b>	3.104.154
Espírito Santo	<b>43.611</b>	3.545	<b>3.124</b>	678	<b>881.264</b>	609.358
Rio de Janeiro	<b>159.662</b>	25.031	<b>11.498</b>	2.857	<b>3.542.949</b>	2.055.588
São Paulo	<b>471.225</b>	52.235	<b>30.263</b>	5.779	<b>9.917.271</b>	6.744.683
Paraná	<b>141.530</b>	15.820	<b>9.535</b>	1.015	<b>2.544.231</b>	1.589.087
Santa Catarina	<b>87.263</b>	11.656	<b>6.522</b>	1.051	<b>1.611.425</b>	1.057.279
Rio Grande do Sul	<b>117.858</b>	19.259	<b>9.940</b>	1.794	<b>2.236.299</b>	1.314.020
Mato Grosso do Sul	<b>32.106</b>	2.707	<b>1.778</b>	297	<b>666.148</b>	480.016
Mato Grosso	<b>39.727</b>	12.636	<b>2.712</b>	882	<b>849.825</b>	628.734
Goiás	<b>62.076</b>	18.791	<b>4.644</b>	1.189	<b>1.455.158</b>	976.888
Distrito Federal	<b>31.540</b>	9.074	<b>1.256</b>	149	<b>650.841</b>	439.254
Regiões metropolitanas	<b>327.716</b>	39.181	<b>19.024</b>	3.591	<b>6.901.059</b>	4.154.434
Belém	<b>11.968</b>	1.482	<b>706</b>	155	<b>295.980</b>	218.321
Fortaleza	<b>22.660</b>	5.993	<b>1.211</b>	232	<b>548.227</b>	285.626
Recife	<b>14.243</b>	4.434	<b>1.038</b>	249	<b>363.440</b>	242.158
Salvador	<b>20.681</b>	3.158	<b>1.454</b>	401	<b>506.833</b>	296.878
Belo Horizonte	<b>26.918</b>	6.044	<b>1.391</b>	238	<b>506.110</b>	308.103
Rio de Janeiro	<b>59.649</b>	5.259	<b>3.904</b>	994	<b>1.330.304</b>	702.211
São Paulo	<b>135.377</b>	9.652	<b>7.256</b>	1.041	<b>2.677.511</b>	1.702.877
Curitiba	<b>22.630</b>	1.890	<b>1.076</b>	107	<b>395.623</b>	253.875
Porto Alegre	<b>13.590</b>	1.269	<b>988</b>	174	<b>277.031</b>	144.385

Fonte: Brasil (2020).  
Elaboração dos autores.

A tabela 9 apresenta os dados de 2012 e 2020 sobre o número de professores, escolas e alunos nas áreas de artes no Brasil. Houve um aumento de aproximadamente 100 mil no número total de professores entre 2012 e 2020. No entanto, apesar dessa alta, os dados revelam a redução de cerca de 78 mil professores na área de artes durante esse período, o que pode indicar mudanças nas dinâmicas do mercado de trabalho, nas políticas educacionais ou em outras variáveis que afetam a demanda por esses profissionais.

Outro dado refere-se à redução na quantidade de escolas de artes. Houve uma diminuição de 13.416 entre 2012 e 2020 no número total de escolas, o que sugere mudanças na estrutura educacional, fusões de escolas, fechamento de instituições ou outras transformações no cenário educacional.

Houve alteração também na proporção de professores e alunos. A relação entre o número de professores e alunos em 2012 era de cerca de um professor para cada 86 alunos, enquanto em 2020 essa proporção aumentou para cerca de um professor para cada 94 alunos.

Os dados sugerem transformações no panorama educacional em relação ao ensino de artes no Brasil, alterações significativas nas políticas de matrícula ou mesmo ajustes nas prioridades curriculares. A compreensão dessas mudanças pode ser valiosa para orientar políticas educacionais, identificar áreas de preocupação e direcionar investimentos para fortalecer o ensino e a promoção das artes no ambiente escolar. A tendência levanta questões sobre as políticas educacionais, os investimentos em cultura e arte, bem como a necessidade de reflexão sobre estratégias para fortalecer o papel das artes na educação.

TABELA 9  
Evolução do número de professores, escolas e alunos no Brasil, por categorias selecionadas (2012-2020)

Ano	Professores		Escolas		Alunos	
	Total	Artes	Total	Artes	Total	Artes
2012	<b>2.135.983</b>	580.379	<b>194.695</b>	137.964	<b>50.375.761</b>	34.985.660
2020	<b>2.235.935</b>	502.271	<b>181.279</b>	50.495	<b>47.148.982</b>	32.013.755

Fonte: Brasil (2020).  
Elaboração dos autores.

A análise dos dados sobre professores que ministram aulas de artes nas regiões, Unidades Federativas (UFs) e RMs do Brasil destaca uma variedade de perfis e questões relacionadas à formação profissional e à qualidade da educação para as artes. No cenário nacional, dos 2.235.935 professores, aproximadamente 103.882 dedicam-se exclusivamente ao ensino de artes, enquanto 23.661 combinam o ensino de artes com literatura (tabela 10). Além disso, 56.301 professores lecionam artes em conjunto com outras disciplinas, e 403.043 incorporam artes, literatura e outras disciplinas em suas práticas educacionais. A variação entre as regiões e UFs ressalta a complexidade das dinâmicas educacionais, indicando diferentes ênfases e estratégias adotadas para promover a formação artística dos alunos em todo o país. Esses dados fornecem uma visão abrangente do panorama educacional no que diz respeito ao ensino de artes, destacando a importância da flexibilidade e da diversidade nas abordagens pedagógicas.

TABELA 10  
Número de professores no Brasil,<sup>1</sup> por categorias selecionadas, segundo as localidades (2020)

Localidade	Total	Dão aulas somente de artes	Dão aulas de artes e literatura	Dão aulas de artes e outras disciplinas	Dão aulas de artes, literatura e outras disciplinas
<b>Brasil</b>	<b>2.235.935</b>	<b>103.882</b>	<b>23.661</b>	<b>56.301</b>	<b>403.043</b>
Norte	<b>197.356</b>	9.134	3.276	6.555	59.341
Nordeste	<b>627.979</b>	33.715	13.371	34.818	165.442
Sudeste	<b>898.500</b>	35.378	2.904	4.812	109.082
Sul	<b>346.651</b>	17.643	2.204	6.176	32.535
Centro-Oeste	<b>165.449</b>	8.012	1.906	3.940	36.643
Rondônia	<b>15.873</b>	733	423	693	4.746
Acre	<b>10.287</b>	273	155	152	4.211
Amazonas	<b>46.209</b>	1.824	789	2.209	14.375
Roraima	<b>8.087</b>	444	108	238	1.455
Pará	<b>86.067</b>	4.180	1.451	1.986	26.205
Amapá	<b>11.123</b>	417	7	88	3.518
Tocantins	<b>19.710</b>	1.263	343	1.189	4.831
Maranhão	<b>100.587</b>	5.441	2.289	8.376	29.496
Piauí	<b>44.644</b>	2.937	893	3.940	9.660
Ceará	<b>99.477</b>	4.090	3.806	5.656	22.483
Rio Grande do Norte	<b>34.424</b>	1.557	522	1.049	9.189
Paraíba	<b>47.584</b>	2.031	527	1.022	14.142
Pernambuco	<b>87.391</b>	6.036	2.368	4.135	29.080
Alagoas	<b>34.364</b>	1.393	333	825	11.164
Sergipe	<b>23.283</b>	1.093	329	718	7.530
Bahia	<b>156.225</b>	9.137	2.304	9.097	32.698

(Continua)

(Continuação)

Localidade	Total	Dão aulas somente de artes	Dão aulas de artes e literatura	Dão aulas de artes e outras disciplinas	Dão aulas de artes, literatura e outras disciplinas
Minas Gerais	<b>224.002</b>	7.021	1.434	1.886	49.067
Espírito Santo	<b>43.611</b>	2.143	116	219	2.025
Rio de Janeiro	<b>159.662</b>	6.440	711	1.189	20.672
São Paulo	<b>471.225</b>	19.774	643	1.518	37.318
Paraná	<b>141.530</b>	7.613	342	2.844	9.242
Santa Catarina	<b>87.263</b>	4.039	146	415	8.984
Rio Grande do Sul	<b>117.858</b>	5.991	1.716	2.917	14.309
Mato Grosso do Sul	<b>32.106</b>	2.344	227	511	927
Mato Grosso	<b>39.727</b>	1.563	770	949	11.259
Goiás	<b>62.076</b>	2.986	880	2.335	16.453
Distrito Federal	<b>31.540</b>	1.119	29	145	8.004
Regiões metropolitanas	<b>327.716</b>	13.421	1.379	2.203	28.039
Belém	<b>11.968</b>	557	19	65	979
Fortaleza	<b>22.660</b>	719	579	169	5.865
Recife	<b>14.243</b>	726	294	393	3.636
Salvador	<b>20.681</b>	1.235	152	606	1.883
Belo Horizonte	<b>26.918</b>	738	52	92	5.883
Rio de Janeiro	<b>59.649</b>	2.540	63	346	3.034
São Paulo	<b>135.377</b>	4.987	108	342	5.295
Curitiba	<b>22.630</b>	1.311	7	77	816
Porto Alegre	<b>13.590</b>	608	105	113	648

Fonte: Brasil (2020).

Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup> Professores podem lecionar mais de uma disciplina.

No total nacional de 2.235.935 professores, na tabela 11, observa-se que um pouco mais da metade não possui formação superior, enquanto 6.393 são formados em artes. Nota-se também que 811.134 professores dão aula de artes, representando 36,3% do total, sendo que a maioria não possui formação específica nessa área.

Ao analisar as regiões, destaca-se o Nordeste como aquela com o maior número absoluto de professores de artes (308.160), embora apenas 0,3% deles sejam formados na área. Já o Sudeste, embora tenha menos professores (233.174), apresenta uma maior proporção de formados em artes (1,1%), em relação ao Nordeste.

Além disso, a análise por RM evidencia realidades distintas. Por exemplo, enquanto a de São Paulo registra o maior número de professores de artes (18.664), apenas 0,9% deles possuem formação na área. Em contraste, a RM de Belo Horizonte, com um contingente menor (11.625 professores de artes), apresenta uma proporção mais significativa de formados na área (1,3%). Essas variações indicam a necessidade de abordagens específicas em diferentes localidades para fortalecer o ensino de artes no Brasil.

TABELA 11  
Número de professores de artes no Brasil,<sup>1</sup> por categorias selecionadas, segundo as localidades (2020)

Localidade	Total	Sem formação superior		Formado em artes		Formado em outras áreas		Total	
		Dá aulas de artes (nº)	Não dá aulas de artes (nº)	Dá aulas de artes (nº)	Não dá aulas de artes (nº)	Dá aulas de artes (nº)	Não dá aulas de artes (nº)	Dá aulas de artes (nº)	Tem formação em artes (%)
<b>Brasil</b>	<b>2.235.935</b>	<b>405.567</b>	<b>947.690</b>	<b>5.488</b>	<b>905</b>	<b>400.079</b>	<b>946.785</b>	<b>811.134</b>	<b>0,7</b>
Norte	197.356	52.431	75.699	255	15	52.176	75.684	104.862	0,2
Nordeste	627.979	154.080	217.988	897	161	153.183	217.827	308.160	0,3
Sudeste	898.500	116.587	430.295	2.489	500	114.098	429.795	233.174	1,1
Sul	346.651	42.658	152.788	1.046	163	41.612	152.625	85.316	1,2
Centro-Oeste	165.449	39.811	70.920	801	66	39.010	70.854	79.622	1,0
Rondônia	15.873	5.320	6.284	14	-	5.306	6.284	10.640	0,1
Acre	10.287	3.136	2.997	19	1	3.117	2.996	6.272	0,3
Amazonas	46.209	11.985	17.686	24	4	11.961	17.682	23.970	0,1
Roraima	8.087	1.251	3.460	6	2	1.245	3.458	2.502	0,2
Pará	86.067	22.821	33.464	114	6	22.707	33.458	45.642	0,2
Amapá	11.123	2.877	4.630	70	2	2.807	4.628	5.754	1,2
Tocantins	19.710	5.041	7.178	8	-	5.033	7.178	10.082	0,1
Maranhão	100.587	22.997	29.008	161	19	22.836	28.989	45.994	0,4
Piauí	44.644	10.878	17.175	47	15	10.831	17.160	21.756	0,2
Ceará	99.477	24.459	35.657	49	18	24.410	35.639	48.918	0,1
Rio Grande do Norte	34.424	9.238	12.428	121	9	9.117	12.419	18.476	0,7
Paraíba	47.584	12.070	18.695	90	29	11.980	18.666	24.140	0,4
Pernambuco	87.391	26.350	25.825	86	16	26.264	25.809	52.700	0,2
Alagoas	34.364	8.092	11.688	90	8	8.002	11.680	16.184	0,6
Sergipe	23.283	7.359	8.766	22	8	7.337	8.758	14.718	0,1
Bahia	156.225	32.637	58.746	231	39	32.406	58.707	65.274	0,4
Minas Gerais	224.002	49.006	98.528	806	66	48.200	98.462	98.012	0,8
Espirito Santo	43.611	3.449	23.542	148	19	3.301	23.523	6.898	2,1
Rio de Janeiro	159.662	13.657	76.752	990	94	12.667	76.658	27.314	3,6
São Paulo	471.225	50.475	231.473	545	321	49.930	231.152	100.950	0,5
Paraná	141.530	14.706	66.849	436	87	14.270	66.762	29.412	1,5
Santa Catarina	87.263	10.763	34.100	267	36	10.496	34.064	21.526	1,2
Rio Grande do Sul	117.858	17.189	51.839	343	40	16.846	51.799	34.378	1,0
Mato Grosso do Sul	32.106	2.487	17.692	102	4	2.385	17.688	4.974	2,1
Mato Grosso	39.727	11.179	16.191	254	8	10.925	16.183	22.358	1,1
Goiás	62.076	17.302	23.700	159	37	17.143	23.663	34.604	0,5
Distrito Federal	31.540	8.843	13.337	286	17	8.557	13.320	17.686	1,6
Regiões metropolitanas	327.716	33.702	157.055	1.176	371	33.702	157.055	68.580	1,7
Belém	11.968	1.310	7.295	58	2	1.310	7.295	2.678	2,2
Fortaleza	22.660	5.052	9.017	22	9	5.052	9.017	10.126	0,2
Recife	14.243	3.656	5.495	37	7	3.656	5.495	7.349	0,5
Salvador	20.681	2.520	11.065	81	13	2.520	11.065	5.121	1,6
Belo Horizonte	26.918	5.738	10.420	149	13	5.738	10.420	11.625	1,3
Rio de Janeiro	59.649	3.172	33.193	479	62	3.172	33.193	6.823	7,0
São Paulo	135.377	9.244	62.494	176	229	9.244	62.494	18.664	0,9
Curitiba	22.630	1.830	11.167	114	30	1.830	11.167	3.774	3,0
Porto Alegre	13.590	1.180	6.909	60	6	1.180	6.909	2.420	2,5

Fonte: Brasil (2020).

Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup> Professores podem lecionar mais de uma disciplina.

O gráfico 10 mostra que, em 2010, havia um total de 145.108 matrículas em cursos de graduação em artes e humanidades, distribuídas entre instituições federais, estaduais, municipais, privadas com fins lucrativos e privadas sem fins lucrativos. Em 2015, houve um aumento geral para 168.278 matrículas, indicando um crescente interesse por cursos nessa área. No entanto, a análise mais recente, em 2022, destaca um considerável aumento no número total de matrículas, atingindo 239.099.

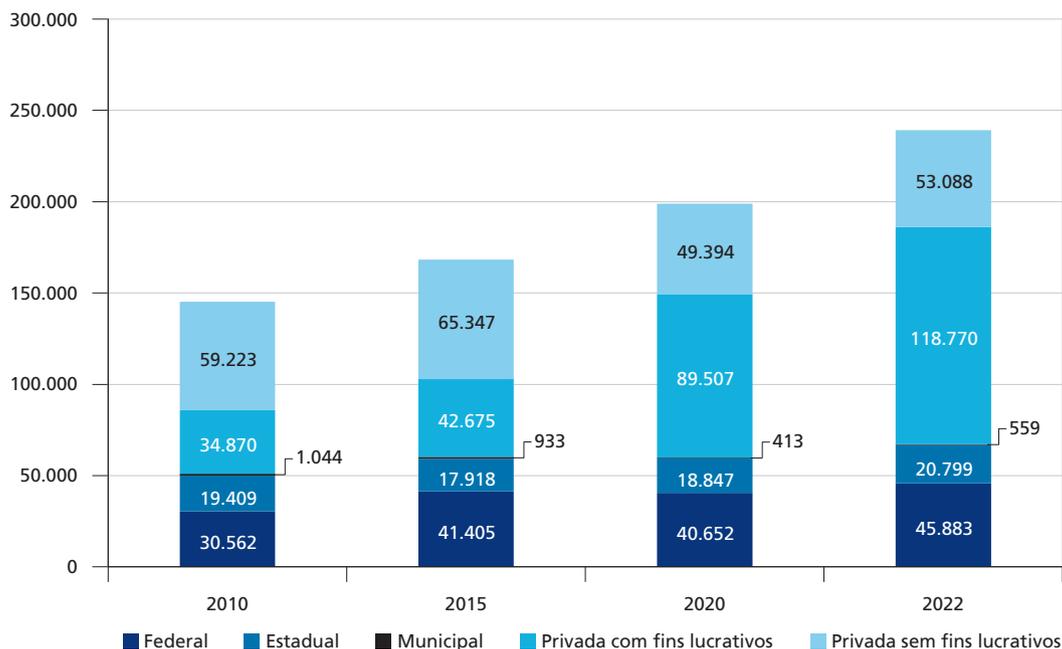
O detalhamento por tipo de instituição revela que as instituições privadas com fins lucrativos e as federais têm consistentemente um número expressivo de matrículas. Em 2020 e 2022, as privadas com fins lucrativos lideraram com 89.507 e 118.770 matrículas, respectivamente.

Esse aumento geral nas matrículas pode ser interpretado de forma positiva, sugerindo uma valorização crescente das disciplinas de artes e cultura na sociedade, bem como um maior acesso a esses cursos em diversas instituições de ensino superior. Essa tendência pode ter implicações positivas para a diversidade cultural e artística no país.

A comparação entre o aumento no número de matrículas em cursos de graduação em artes e humanidades e a redução no número de escolas de artes, professores e alunos, por sua vez, revela um cenário complexo na área da educação artística no Brasil. Enquanto o número de matrículas em cursos de graduação tem apresentado um crescimento notável, indicando um interesse ascendente na formação acadêmica nessas áreas, os dados relacionados às escolas, professores e alunos de níveis fundamental e médio parecem apontar para desafios e reduções.

GRÁFICO 10

**Evolução no número de matrículas em cursos de graduação em artes e humanidades, por tipo de instituição (2010-2022)**



Fonte: Brasil (2020).  
Elaboração dos autores.

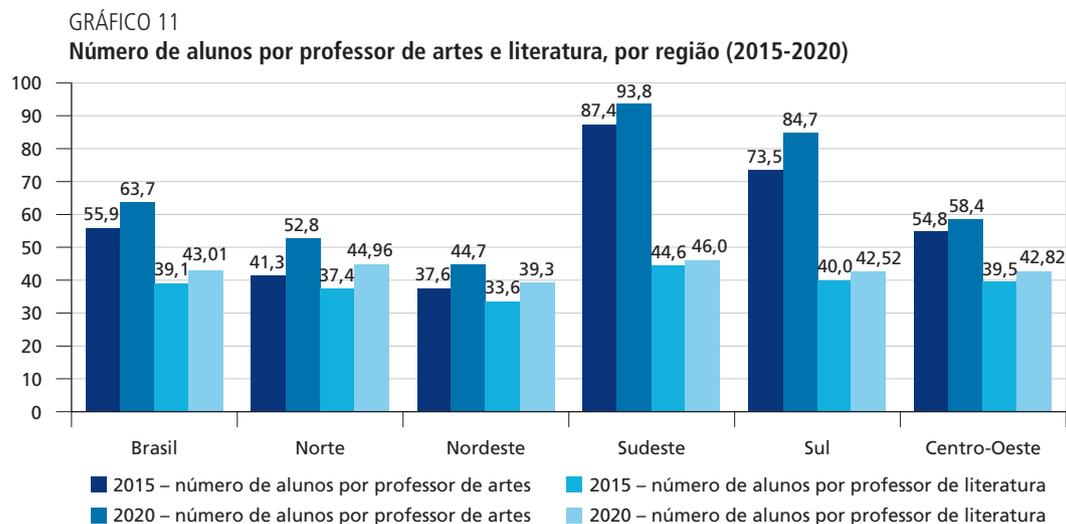
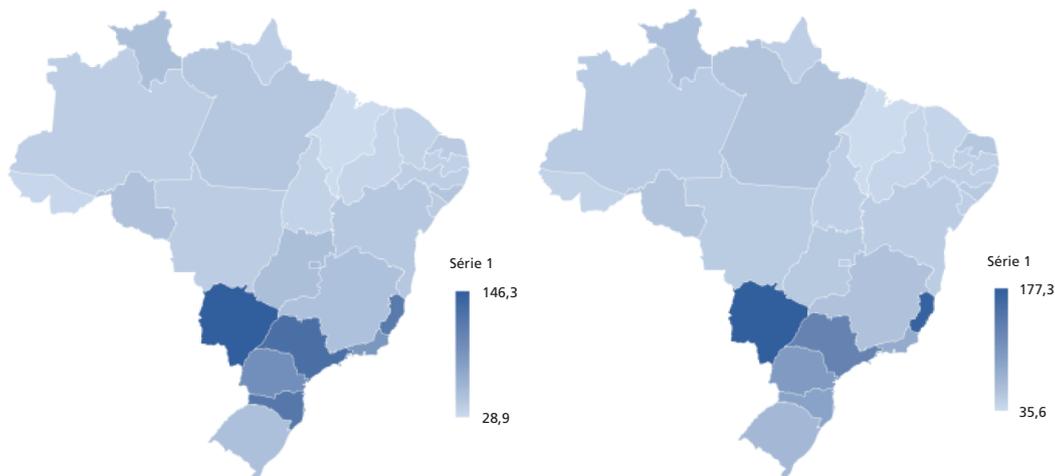


FIGURA 2  
Número de alunos por professor, por estado

2A – Número de alunos por professor em 2015

2B – Número de alunos por professor em 2020

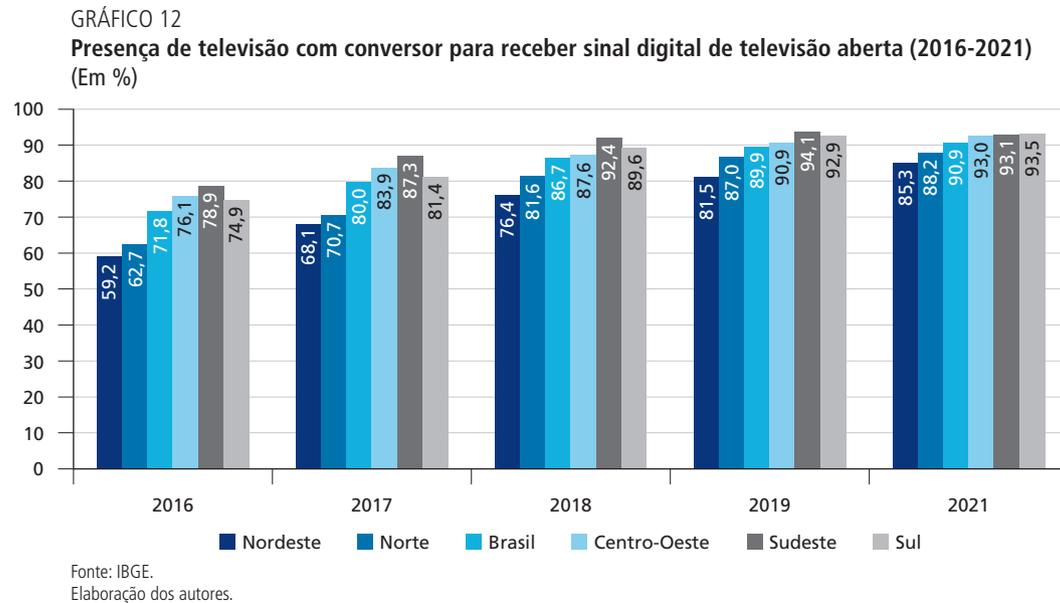


Fonte: Brasil (2020).  
Elaboração dos autores.

## 2.11 Mídias digitais: televisão

A televisão aberta ainda desempenha um papel central na sociedade brasileira contemporânea, proporcionando acesso diversificado à informação, cultura e entretenimento para uma ampla audiência. Além de servir como fonte de notícias, a televisão aberta promove uma identidade cultural compartilhada, contribui para a formação da opinião pública e oferece programação educativa. No âmbito cultural, ela amplifica a diversidade, dando visibilidade a expressões artísticas e eventos culturais. Economicamente, a televisão aberta é uma fonte de receitas publicitárias e apoia a indústria audiovisual, gerando empregos. Em resumo, é um meio de comunicação que desempenha papéis essenciais na sociedade contemporânea. O gráfico 12 evidencia um aumento no número de domicílios e moradores que possuem televisão com conversor para receber sinal digital de televisão aberta, observado no intervalo entre 2016 e 2021. Contudo, é pertinente notar que, ao longo desse período, o Nordeste se destaca por

apresentar indicadores menos favoráveis em comparação com outras regiões do país. Essa disparidade nos dados sugere a necessidade de atenção e possíveis intervenções específicas para promover a ampliação do acesso à televisão digital na localidade, visando equilibrar essa discrepância regional.

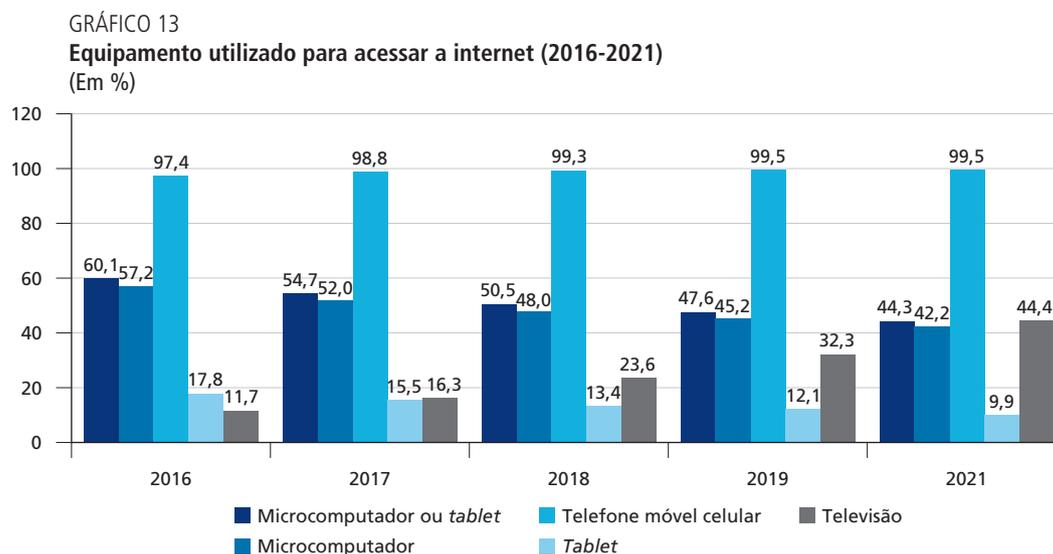


## 2.12 Acesso à internet

No cenário contemporâneo, as práticas culturais foram significativamente influenciadas pela ascensão das plataformas *online*, transformando a maneira como consumimos, produzimos e fruimos conteúdos culturais. A internet tornou-se um canal fundamental para a disseminação de expressões artísticas, possibilitando a criação de comunidades virtuais e a produção colaborativa de conteúdo. A fruição cultural *online* abrange desde a apreciação de obras artísticas até a participação ativa em discussões culturais e eventos virtuais. Além disso, a internet desempenha um papel crucial no acesso a bens e serviços culturais, proporcionando uma vasta gama de opções para consumidores, independentemente de sua localização geográfica. No entanto, é essencial considerar as disparidades no acesso à internet, que podem gerar exclusão digital e limitar a participação em determinadas expressões culturais. A interseção entre práticas *online*, fruição e acesso a bens culturais destaca a importância de políticas inclusivas e estratégias que garantam a equidade no ambiente digital, promovendo um acesso mais amplo e diversificado à cultura para todos.

As formas como as pessoas se conectam à internet variam significativamente, sendo que a maioria faz uso do telefone celular móvel (gráfico 13). No entanto, há diferenças notáveis entre o acesso à internet por meio de celulares e computadores, cada um oferecendo experiências distintas, vantagens e desvantagens. Os celulares, devido à sua portabilidade, tornaram-se uma escolha predominante para muitos usuários. A capacidade de se conectar em qualquer lugar e a qualquer momento proporciona uma experiência ágil e conveniente. Além disso, a acessibilidade dos celulares atende a uma ampla gama de usuários. No entanto, o uso de celulares apresenta limitações, como telas menores, o que pode dificultar a realização de tarefas complexas, e a dependência de redes móveis, sujeitas a variações na qualidade da conexão. A entrada de texto em teclados *touchscreen* também pode ser menos eficiente para tarefas extensivas, isto é, que exigem um esforço prolongado no tempo ou que abrangem uma grande quantidade de trabalho.

É preciso considerar, ainda, que os computadores oferecem uma experiência mais ampla e robusta. As telas maiores e a interface mais abrangente facilitam a realização de tarefas complexas e a visualização detalhada de conteúdo. Computadores possuem maior capacidade de processamento e armazenamento, permitindo o uso de aplicativos mais exigentes. Além disso, a conexão estável por meio de redes *Wi-Fi* fixas contribui para uma experiência mais consistente. Entretanto, a falta de portabilidade é uma desvantagem dos computadores, restringindo o acesso à internet a locais com conexão fixa. Além disso, o custo e a acessibilidade podem ser fatores limitantes para alguns usuários, especialmente em regiões com recursos limitados.

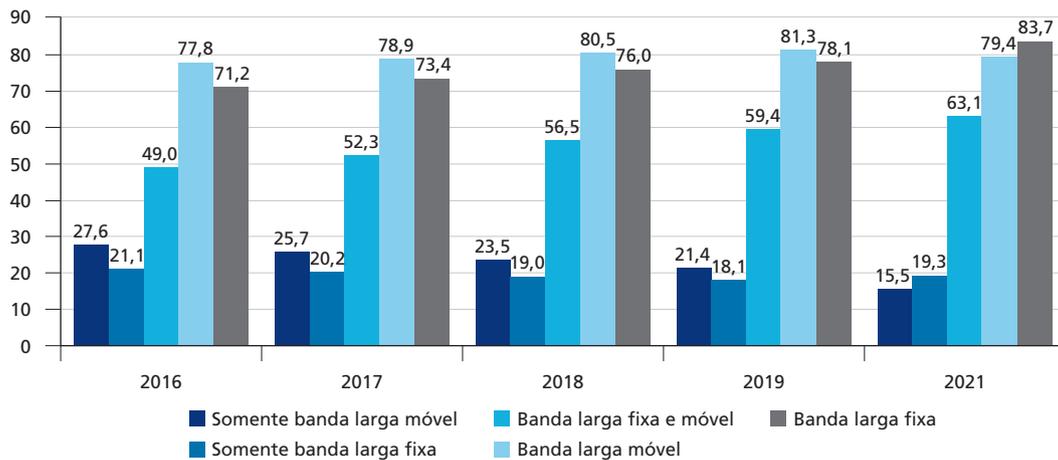


Fonte: PNADC/IBGE.  
Elaboração dos autores.

No que se refere ao tipo de conexão à internet existente no domicílio, a banda larga, seja móvel ou fixa, é essencial para a conectividade moderna. A banda larga móvel destaca-se pela portabilidade, flexibilidade e inclusão digital, mas enfrenta desafios como velocidade variável e limitações de dados. A banda larga fixa, por sua vez, oferece estabilidade e velocidade superiores, sendo ideal para ambientes residenciais e empresariais, embora tenha a desvantagem da falta de mobilidade e possíveis custos elevados. A complementaridade dessas modalidades é vital para atender às diversas demandas de conectividade na sociedade contemporânea.

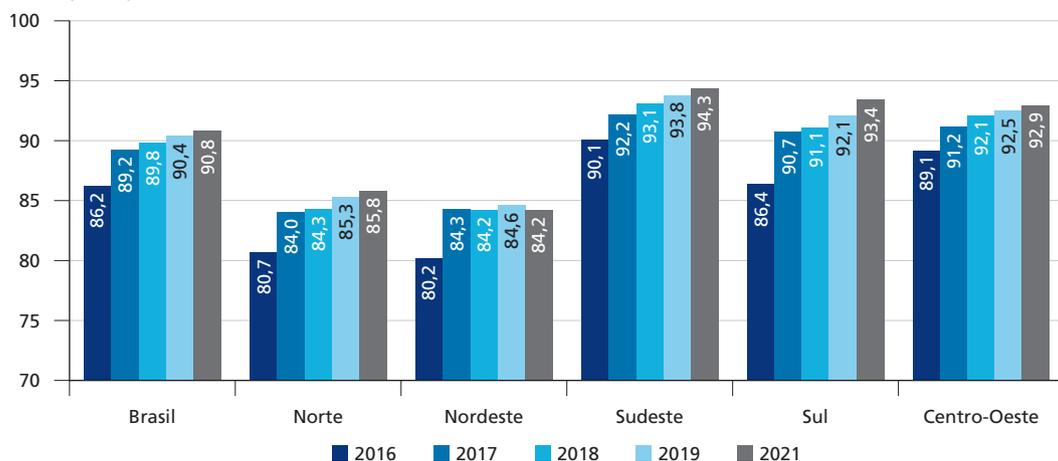
Os dados revelam que houve uma leve diminuição no uso da banda larga móvel e um aumento correspondente na utilização de banda larga fixa nos domicílios entre 2019 e 2021, conforme indicado no gráfico 14. Segundo a PNADC, observou-se um crescimento no uso de ambas as modalidades de banda larga de 2016 a 2021. Em 2021, destaca-se que 63,1% dos domicílios no Brasil adotam simultaneamente tanto a banda larga móvel quanto a fixa, evidenciando uma preferência pela combinação de ambas as alternativas. Contudo, o uso conjunto das duas alternativas é menor nas regiões Nordeste (48,8%) e no Norte (53,3%), em comparação com as taxas praticadas no Centro-Oeste (66,5%), Sul (67,8%) e Sudeste (70,3%) do Brasil. Além disso, é nas regiões Norte e Nordeste que o serviço de rede móvel celular para telefone ou internet no domicílio enfrenta mais problemas para funcionar, em relação às demais regiões do país (gráfico 15). Essa disparidade regional destaca diferenças significativas na qualidade percebida dos serviços de banda larga móvel entre as diversas áreas do Brasil.

GRÁFICO 14  
Tipo de conexão à internet no domicílio (2016-2021)



Fonte: PNADC/IBGE.  
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 15  
Percentual de domicílios com funcionamento do serviço de rede móvel celular para telefone ou internet (2016-2021)  
(Em %)



Fonte: IBGE.  
Elaboração dos autores.

As inovações digitais, desde o advento da internet, vêm provocando transformações substanciais no âmbito da cultura. A plataformização, caracterizada pela ascensão de serviços e interações intermediadas por plataformas digitais (como Facebook, Youtube, Instagram, Tik Tok, Kindle Amazon, entre outras), delinea um novo panorama no mundo contemporâneo. Esse fenômeno interfere objetivamente na cultura, requerendo ações estatais e mudanças nas políticas culturais, em pelo menos três níveis. O primeiro deles, o mais evidente, é o dos direitos autorais e de imagem, uma vez que as corporações que controlam essas tecnologias e seus recursos atuam em escala global, com poderes oligopolistas (ou mesmo monopolistas, se considerados critérios de diferenciação), disponibilizando conteúdos produzidos por outros, em que, no caso das denominadas redes sociais, qualquer usuário (ou seja, não necessariamente os próprios produtores) pode compartilhar.

Isso significa que os conteúdos podem ser compartilhados e vistos, escutados e lidos inúmeras vezes, sem controle ou com pouca transparência nas contagens – informações que

somente a corporação detentora da plataforma tem tecnologia para coletá-las. Considerando esse aspecto e que cada país, mesmo os signatários de acordos internacionais, possui seus próprios normativos de direitos autorais e de imagens – e, ainda assim, restritos ao território nacional –, a regulamentação e regulação nesse âmbito impõem desafios ainda mais complexos, inclusive pela dificuldade de se lidar com um mercado altamente concentrado. Com a entrada da inteligência artificial, que usa como insumo toda a base de conhecimento da humanidade para produzir conteúdos diversos dos originais, sem que necessariamente seja possível associar diretamente os conteúdos por ela produzidos às matrizes que lhes deram origem, a regulamentação e fiscalização desse direitos demanda novos patamares de conhecimento, uma vez que os reguladores terão que conhecer profundamente os meandros da tecnologia para poderem, inclusive, entender onde e como atuar.

O segundo nível de ação estatal no contexto de plataformização é o da chamada *gig economy* ou economia de plataformas. Em um cenário de transformações nas dinâmicas de emprego, com destaque para o trabalho remoto, flexibilidade de horários e o surgimento de novas profissões, a *gig economy* emerge como um modelo que redefine as relações laborais, concentrando-se em atividades sob demanda. O caso paradigmático é o da Uber, que deu origem ao termo que em português foi traduzido como *uberização*, para caracterizar esse processo que, na atualidade, vem definindo a forma de prestação de serviços e de “contratação” em diversos segmentos (Slee, 2019).

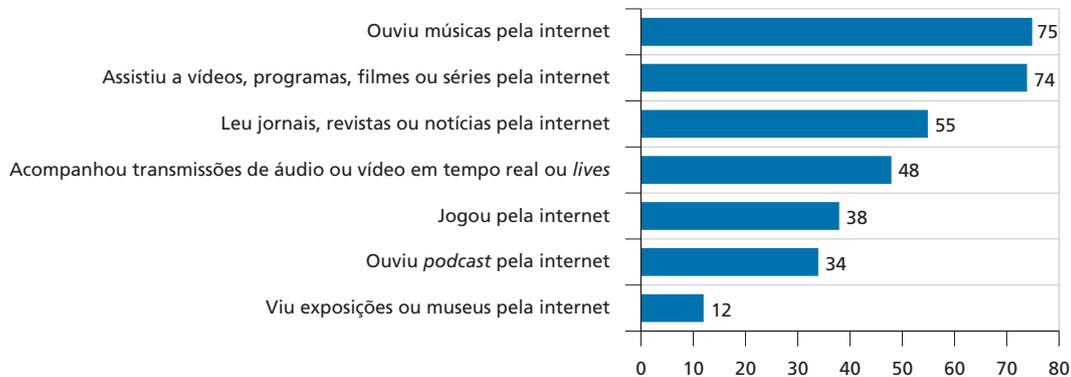
Como forma de justificar essa modalidade de prestação de serviços, as corporações detentoras das plataformas apontam vantagens como a liberdade na definição da jornada de trabalho e a possibilidade de auferir remunerações mais elevadas, uma vez que cada profissional pode, em tese, determinar seu próprio valor e carga horária. No entanto, a realidade vem demonstrando algo bem diferente, já que a ausência de vínculos empregatícios formais implica a falta de benefícios tradicionais, como férias remuneradas, 13º salário, vale-transporte, *ticket* alimentação e plano de saúde, além de a jornada requerer muito mais do que oito horas diárias de trabalho para se tornar minimamente rentável para os prestadores de serviços.

Na área da cultura, a *gig economy* ainda engatinha, mas ganhou força durante a pandemia, uma vez que as plataformas digitais se converteram na única via de disponibilização e venda de conteúdos pelos artistas, reforçando os modelos de *streaming* e redes sociais onde produtores podem, a partir da ampliação de número de seguidores e de *likes*, o chamado “engajamento”, ter fontes de extração de remuneração. Entretanto, ficam sujeitos às corporações detentoras das plataformas que, também nesse caso, são pouco transparentes em relação aos números, aos mecanismos de divulgação e na forma como os conteúdos são apropriados e replicados, isso sem considerar questões de segurança e privacidade dos usuários.

A terceira e última forma aqui identificada de possível necessidade de ação estatal no contexto da plataformização é derivada da *gig economy* e diz respeito ao espaço que essas tecnologias vêm ocupando como os meios preferenciais que os usuários vêm utilizando para consumir bens e serviços culturais. Nesse caso, os dados falam por si. Conforme a Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros, TIC Domicílios, realizada anualmente pelo Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e Comunicação, do Comitê de Governança Institucional (Cetic/CGI), vêm crescendo substancialmente, nos últimos anos, as atividades culturais promovidas pela internet. Em 2023, a pesquisa estimou em 81% a proporção de usuários de internet do total da população na faixa etária de dez anos ou mais. Nesse mesmo ano, 75% desses usuários declararam ter ouvido música; 74% assistiram a vídeos, programas, filmes ou séries; e 55% leram jornais,

revistas ou notícias pela internet (gráfico 16). Uma larga proporção também acompanhou transmissões ao vivo, bem como jogado, ouvido *podcasts* e visto exposições pela internet.

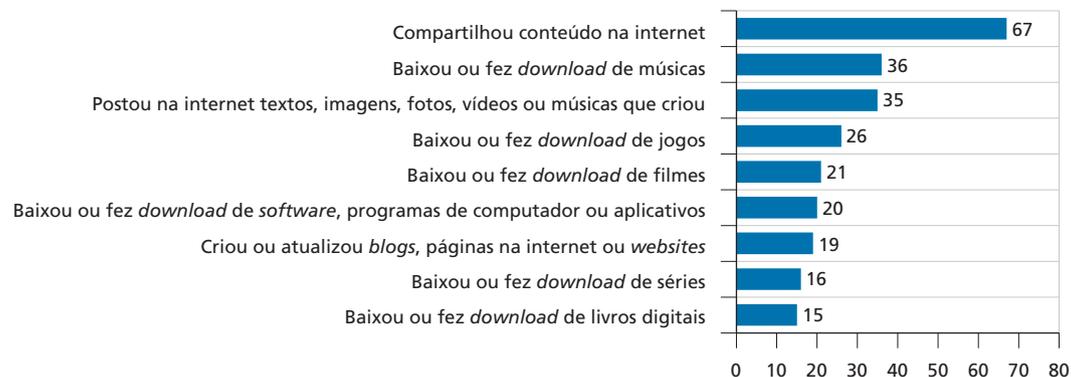
GRÁFICO 16  
Percentual da população com dez anos ou mais que realiza atividades culturais pela internet (2023)



Fonte: CGI.br (2023).

Pelo lado das atividades de compartilhamento de conteúdos, o gráfico 2 mostra que, da população usuária da internet com dez anos ou mais, 67% compartilharam conteúdos e 35% compartilharam conteúdos criados por eles próprios. O gráfico 17 também apresenta dados de *downloads* de conteúdos, os quais podem ter sido de fonte paga ou não, sendo bastante expressivas as proporções de usuários que baixaram música, jogos e filmes.

GRÁFICO 17  
Percentual da população com dez anos ou mais que é usuária da internet, por atividades realizadas (2023)



Fonte: CGI.br (2023).

Por mais questionáveis que sejam esses dados – considerando que as pesquisas do Cetic/CGI são feitas por amostragem, de modo que as extrapolações para a população são meramente estimativas –, eles funcionam como um bom indicador da disseminação da internet para produção, disponibilização, consumo e apreciação de conteúdos culturais no Brasil. E, como o próprio CGI vem mostrando na sua série histórica, trata-se de um fenômeno em expansão.

Nesse sentido, além das questões apontadas anteriormente, referentes a direito autoral e direito econômico – tendo em vista que tais plataformas são controladas globalmente por algumas poucas corporações, que vêm assumindo cada vez mais o poder de definir o que pode ser compartilhado e disponibilizado e, ao mesmo tempo, induzir os usuários acerca do que merece ser visto, escutado e lido –, o espaço ocupado pela internet na distribuição

e disponibilização de conteúdos requer do Estado uma reflexão sobre a escala do fomento e manutenção de equipamentos culturais tradicionais, tais como salas de cinema e de teatro, museus e bibliotecas. Isso significa que, além de um redimensionamento de número e tamanho e de requalificação desses espaços, há a necessidade de reforçar políticas de estímulo ao uso deles, considerando que a escolha a ser feita é continuar a mantê-los como espaços de convivência, lazer e democratização do acesso à cultura nas suas formas mais diversas, de modo a evitar que a população fique sujeita exclusivamente à lógica do mercado.

A seção seguinte apresenta uma breve análise dos desafios e problemas de gestão a serem enfrentados em cada eixo da CNC.

### **3 OS EIXOS DA CNC E SEUS DESAFIOS**

#### **3.1 Eixo 1 – institucionalização, marcos legais e SNC**

A política de institucionalização, marcos legais e SNC é fundamental para estabelecer as bases sólidas de governança e coordenação das ações culturais. A implementação do SNC visa à coordenação eficaz de políticas e ações culturais em todo o país, garantindo uma distribuição equitativa de recursos e oportunidades culturais, bem como a participação ativa da sociedade civil na formulação, execução e monitoramento das políticas culturais.

A institucionalização tem por objetivo central o fortalecimento do setor cultural e das instituições que o compõem, promovendo o aprimoramento de suas capacidades institucionais e recursos financeiros e humanos. Isso ocorre não apenas em nível federal, mas também nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, visando à ampliação e à melhoria dos recursos disponíveis, bem como da eficiência da gestão. O foco reside em estabelecer uma estrutura sólida para a cultura, garantindo que as instituições culturais tenham a capacidade de promover o desenvolvimento cultural e artístico em todo o país.

A agenda também inclui a organização de programas federais que englobam as diferentes dimensões da cultura, o desenho de políticas setoriais, a estruturação de programas e ações do MinC articulados com outros setores e a gestão de iniciativas multisetoriais.

É igualmente importante promover a constitucionalização das regras que instituem as políticas culturais por meio do desenvolvimento e da implementação de marcos legais e leis específicas. Isso contribui para a consolidação de políticas culturais permanentes, garantindo a estabilidade e a continuidade das iniciativas no âmbito cultural.

A implementação do SNC e do Plano Nacional de Cultura (PNC), juntamente com a elaboração de planos estaduais e municipais de cultura, desempenha um papel crucial na coordenação e na eficácia das políticas culturais em nível federal, estadual e local. Esse enfoque sistêmico e coordenado é essencial para assegurar que as políticas culturais atinjam seus objetivos.

Os desafios e problemas de gestão são a seguir descritos.

- 1) Promover políticas de indução de capacidades administrativas dos estados e, em especial, dos municípios.
- 2) Assegurar o recorte setorial como elemento normativo na construção da política cultural e promover a intersectorialidade, tendo a cultura como eixo estruturante.

- 3) Retomar a coordenação federativa das políticas culturais e a capacidade de gestão do MinC.
- 4) Definir a arquitetura institucional dos entes e estratégias de territorialização da política cultural no âmbito do SNC; promover políticas de desenvolvimento regional; integrar municípios vizinhos ao planejamento e executar ações públicas de cultura de interesse comum; realizar transferências automáticas de recursos para fundos estaduais, municipais e distrital; e garantir o aumento sistemático de recursos orçamentários.
- 5) Recompôr fóruns híbridos de deliberação e coordenação entre os entes federativos.
- 6) Estabelecer o PNC, seguido de planos estaduais e municipais.
- 7) Organizar os orçamentos públicos, de modo a dotar a administração e a sociedade de instrumentos que permitam a deliberação informada e processos de prestação de contas adequados.

### **3.2 Eixo 2 – democratização do acesso à cultura e participação social**

A democratização do acesso à cultura e a participação social desempenham um papel fundamental na garantia dos direitos culturais. Seu principal objetivo é ampliar e assegurar que as comunidades historicamente excluídas tenham acesso aos meios de fruição, produção e difusão de bens culturais, incluindo as artes e o patrimônio cultural.

Simultaneamente, essa diretriz promove a participação ativa da sociedade civil na formulação e a implementação das políticas culturais, o que contribui para a construção de políticas mais diversas e representativas. Além disso, incentiva a cidadania cultural. É imperativo estabelecer espaços participativos e mecanismos de deliberação pública para alocar recursos destinados ao fomento de diversos circuitos culturais. Isso fortalece a democracia cultural e garante que as políticas atendam às necessidades e aos interesses da sociedade de maneira abrangente e equitativa.

Os desafios e problemas de gestão são a seguir descritos.

- 1) Ausência de espaços culturais comunitários que permitam o desenvolvimento de capacidades e habilidades no manuseio de diferentes linguagens artísticas.
- 2) Inexistência de espaços culturais que permitam o acesso da população e criação de produtos e processos relacionados à cultura e que ainda permitam a capacitação e o desenvolvimento de habilidades em linguagens artísticas.
- 3) Implantação de cursos de capacitação em regiões de vulnerabilidade social e universalização de serviços culturais.
- 4) Construção de espaços participativos, deliberação pública de critérios alocativos para o fomento de circuitos culturais múltiplos.
- 5) Recomposição da participação social, aprimoramento dos instrumentos de fomento, revisão das instruções normativas a partir de critérios de descentralização e inclusão de diferentes grupos, segmentos e linguagens artístico-culturais.

### **3.3 Eixo 3 – identidade, patrimônio e memória**

A política de identidade, patrimônio e memória desempenha um papel crucial na preservação e na promoção da riqueza cultural de uma nação. Essa vertente da política cultural busca reconhecer, valorizar e salvaguardar o patrimônio material e imaterial, bem como a

memória coletiva. Ao celebrar o patrimônio e a memória, contribui para o enriquecimento da diversidade cultural e para a preservação da história, promovendo uma maior consciência cultural e um sentimento de pertencimento.

Um dos objetivos é revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de preservação da memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do país. É essencial expandir a implementação da atual política de patrimônio imaterial, promover a diversidade cultural e incluir grupos e etnias que compõem a sociedade, refletindo assim o múltiplo universo cultural brasileiro.

Os desafios e problemas de gestão são a seguir descritos.

- 1) Ausência de estratégias de organização e potencialização do financiamento aos museus.
- 2) Espaços museológicos em situação precária de conservação; necessidade de revitalização e modernização dos museus brasileiros; e valorização das coleções que são representativas das várias experiências culturais vividas pelas sociedades e comunidades em território brasileiro.
- 3) Estímulo ao hábito de frequentar museus e adoção de estratégias de atração de um público mais amplo, com programação variada, acesso gratuito e descontos, parcerias com escolas, visitas virtuais, atividades interativas, inclusão de diversas narrativas, programas educativos, interação com a comunidade, acessibilidade, entre outras.
- 4) Estabelecimento de uma rede de colaboração entre instituições governamentais e da sociedade civil, capacitadas para a execução da política de patrimônio imaterial, reconhecimento e valorização de bens intangíveis, como tradições orais, práticas rituais, técnicas artesanais e formas de expressão ameaçadas por mudanças sociais, econômicas e ambientais.
- 5) Criação do fundo de patrimônio cultural.

### **3.4 Eixo 4 – diversidade cultural e transversalidade de gênero, raça e acessibilidade na política cultural**

A promoção da diversidade cultural e a integração da transversalidade de gênero, raça e acessibilidade na política cultural são fundamentais para garantir uma sociedade inclusiva e justa. Essa abordagem visa reconhecer e respeitar a multiplicidade de identidades, expressões culturais, gênero e raça, bem como proporcionar o acesso igualitário a oportunidades culturais e artísticas para todos.

Um dos objetivos cruciais é ampliar o acesso aos mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio entre grupos culturais, levando em consideração características identitárias, como gênero, orientação sexual, grupos etários e cultura popular. Além disso, essa política visa preservar e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiro, reconhecendo sua importância histórica e social. Garantir que as iniciativas culturais sejam inclusivas e reflitam a diversidade da sociedade é essencial para fortalecer a coesão social e promover a valorização de todas as expressões culturais.

Os desafios e problemas de gestão são a seguir descritos.

- 1) Ausência de ações sistemáticas de valorização e promoção do direito de expressão das diferenças culturais e das identidades.

- 2) Forte preconceito no que se refere à orientação sexual, identidade de gênero, raça e etnia. Acrescentam-se ao problema as desigualdades raciais, étnicas, de gênero e culturais, que são imensas.
- 3) Ausência de ações amplas de valorização da cultura afro-brasileira e invisibilidade dessa cultura nas instâncias formadoras da educação nacional e da opinião pública.
- 4) Viés intersetorial do programa, com ações orçamentárias nitidamente insuficientes para atacar os problemas apontados.
- 5) Ausência de evidências sistemáticas que orientem a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas, programas e ações culturais.

### 3.5 Eixo 5 – economia criativa, trabalho, renda e sustentabilidade

A economia criativa desempenha um papel cada vez mais relevante ao abordar as questões de trabalho, renda e sustentabilidade. Esta abordagem reconhece que as indústrias culturais e criativas não apenas geram oportunidades econômicas, mas também promovem a inovação, a expressão cultural e a criação de empregos significativos. Ao reconhecer a importância da criatividade e da cultura, contribui para a valorização do trabalho cultural e incremento da renda de artistas, profissionais criativos e da cultura.

Ademais, a economia criativa e o seu impacto nas cidades são temas de crescente relevância no cenário econômico global. A economia criativa engloba uma ampla gama de setores, que inclui arte, cultura, *design*, tecnologia, entretenimento, moda, entre outras. Ela não apenas estimula a criatividade e a expressão cultural, mas tem um impacto significativo no desenvolvimento socioeconômico das cidades.

Os desafios e problemas de gestão são a seguir descritos.

- 1) Quadro orçamentário não organizado na área da economia criativa e falta de capacidade de coordenação intersetorial.
- 2) Necessidade de fortalecimento das cadeias produtivas e das expressões artísticas e culturais; promoção da sustentabilidade econômica de grupos e agentes culturais; ampliação da participação dos setores culturais e criativos no PIB.
- 3) Carência de editais públicos de fomento aos empreendimentos e profissionais, incubadoras, pesquisas e estudos sobre o setor criativo; de incentivos financeiros para o setor criativo; e de fortalecimento de políticas de eventos atreladas ao desenvolvimento socioeconômico de cidades.
- 4) Legislação ou proteção: necessidade de desenvolvimento de marcos legais – tributários, previdenciários, trabalhistas e de propriedade intelectual – para os setores criativos brasileiros.
- 5) Carência de políticas de valorização e proteção do trabalhador da cultura; necessidade de aprimoramento do registro dos profissionais da área; melhoria das condições de trabalho; e de sistema de proteção social específico.

### 3.6 Eixo 6 – direito às artes e linguagens digitais

A política de direito às artes e linguagens digitais é fundamental para promover a criatividade e a inovação na era digital. Ela visa garantir o acesso equitativo às artes e à produção cultural por meio das tecnologias digitais, assim como a proteção dos direitos autorais nesse ambiente. Além disso, incentiva o desenvolvimento e a difusão de expressões artísticas e culturais

digitais, criando um espaço para a diversidade e o diálogo intercultural. Ao reconhecer o valor das artes e linguagens digitais, essa política contribui para a expansão das oportunidades de participação cultural, fomenta a produção de conteúdo original e estimula a economia criativa na era digital.

O objetivo principal é aumentar a produção, a difusão e o acesso da população às artes. Outro aspecto relevante consiste em promover a formação cultural por meio da universalização do ensino de arte na educação básica, além de incentivar a presença da arte e da cultura no ambiente educacional brasileiro. A iniciativa também almeja expandir a produção, difusão, exposição e preservação das obras culturais brasileiras, juntamente com a promoção da sustentabilidade econômica da indústria cultural e cinematográfica do país.

Os desafios e problemas de gestão são a seguir descritos.

- 1) Desigualdades no acesso à internet e aos dispositivos digitais, especialmente entre grupos vulneráveis, áreas rurais e comunidades desfavorecidas.
- 2) Obras sem registro; carência de proteção por direitos autorais no ambiente digital; e baixa remuneração dos artistas pelas plataformas de *streaming* e de distribuição de conteúdo digital.
- 3) Ausência de ações sistemáticas de valorização das artes e da cultura brasileira, bem como de formação de público para a apreciação dessas manifestações artísticas; além de reduzida preocupação com a formação profissional para as artes.
- 4) Baixa frequência da população no que se denomina espetáculo vivo e inexistência de ações efetivas voltadas para a formação de público e o aumento do consumo cultural.
- 5) Carência de fomento no campo da música, das artes cênicas e visuais; de apoio a orquestras, coros e peças teatrais; de estímulo ao circo; e circulação de eventos de música e outros segmentos.
- 6) Precariedade da situação do sistema educacional brasileiro e dificuldade das escolas em adotarem os preceitos já previstos em lei, no que se refere ao ensino de artes nas escolas públicas; mudança de cultura e entendimento do potencial do ensino de artes enquanto ferramenta de formação; necessidade de formação continuada dos professores de artes em escolas públicas.
- 7) Ausência de regulação do mercado nacional; pequena abrangência do parque exibidor; número reduzido de cópias dos filmes nacionais; baixo acesso do público a filmes nacionais; número de salas de cinemas insuficiente; e distribuição realizada por grandes empresas – com algumas delas, inclusive, investindo no filme e depois o distribuindo com recursos da renúncia fiscal.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2020**. Brasília: Inep/MEC, 2020.

CGI.BR – COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros**: TIC Domicílios – 2023. São Paulo: CGI.br, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**: Munic Cultura – 1999-2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

SLEE, T. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **Assessoria de Imprensa e Comunicação**

#### **EDITORIAL**

##### **Coordenação**

Aeromilson Trajano de Mesquita

##### **Assistentes da Coordenação**

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

##### **Supervisão**

Aline Cristine Torres da Silva Martins

##### **Revisão**

Bruna Neves de Souza da Cruz

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Crislayne Andrade de Araújo

Elaine Oliveira Couto

Luciana Bastos Dias

Rebeca Raimundo Cardoso dos Santos

Vivian Barros Volotão Santos

Deborah Baldino Marte (estagiária)

Maria Eduarda Mendes Laguardia (estagiária)

##### **Editoração**

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Camila Guimarães Simas

Leonardo Simão Lago Alvite

Mayara Barros da Mota

##### **Capa**

Andrey Tomimatsu

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

*The manuscripts in languages other than Portuguese  
published herein have not been proofread.*



## **Missão do Ipea**

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

---

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO